

ORGANIZADORES
ANDREI DOMINGOS FONSECA
ISABEL CECCON IANTAS
KENJI THEODORO KARAZAWA TAKASHIMA
KLEIRE ANNY PIRES DE SOUZA
MARINA DE FÁTIMA DA SILVA



**ANAIS DO II CONGRESSO
ONLINE DE RESISTÊNCIA
LGBTI+: CONSTRUINDO A
JUVENTUDE**



ANAIS DO II CONGRESSO ONLINE DE RESISTÊNCIA LGBTI+: CONSTRUINDO A JUVENTUDE

Promoção

Universidade Federal de Santa Catarina

Com apoio de diversas universidades.

Organização

Andrei Domingos Fonseca

Isabel Ceccon Iantas

Kenji Theodoro Karazawa Takashima

Kleire Anny Pires de Souza

Marina de Fátima da Silva

Comissão Científica

Dra. Anabella Pavão

Arthur Rogoski Gomes

Dr. Clarindo Epaminondas de Sá Neto

Ms. Denison Melo de Aguiar

Ms. Elder Luan Dos Santos Silva

Ms. Heloisa Pancotti

Revisão de formatação

Kleire Anny Pires de Souza

Dr. Leandro Gorsdorf

Péricles de Souza Macedo

C749c

Congresso Online de Resistência LGBTI+ (2. : 2021)

Anais do II Congresso Online de Resistência LGBTI+:
construindo a juventude [meio eletrônico] / Andrei Domingos
Fonseca, Isabel Ceccon Iantas, Kenji Theodoro Karazawa
Takashima, Kleire Anny Pires de Souza, Marina de Fátima da
Silva (organizadores). - COR.LGBTI+, 2022.

ISBN: 978-65-00-40210-0.

1. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e
transgêneros - Congressos. I. Fonseca, Andrei Domingos.
II. Iantas, Isabel Ceccon. III. Takashima, Kenji Theodoro
Karazawa. IV. Souza, Kleire Anny Pires de. V. Silva, Marina de
Fátima da. VI. Título.

CDU 342.7

**Catlogação na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**

**ANAIS DO II CONGRESSO ONLINE
DE RESISTÊNCIA LGBTI+:
CONSTRUINDO A JUVENTUDE**

Este trabalho é reflexo do evento realizado nos dias 06 a 10 de setembro de 2021,
virtualmente, organizado pelo grupo COR LGBTI+.



COR LGBTI+

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as dos organizadores e da comissão científica.

2022

SUMÁRIO

ARTIGOS COMPLETOS

LGBTFOBIA E EDUCAÇÃO: A AUSÊNCIA DE DISCUSSÕES NA ESCOLA	7
Wezelley Campos França	7
PROPOSTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CANDIDATOS VEREADORES LGBTQI+ NAS ELEIÇÕES DE 2020 NA CIDADE DE ASSÚ/RN	15
Francinaldo Avelino da Silva	15
Gilson Lopes da Silva	15
“DRAG TROUBLE”: UMA POSSÍVEL ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA QUEER NAS OBRAS JOHN WATERS À RUPAUL'S DRAG RACE	32
Brunna Teodoro Queiroz	32
Bruno Gadelha Xavier	32

RESUMOS

A EDUCAÇÃO E O SEU INVESTIMENTO HETERONORMATIVO CURRICULAR: CHEGOU O MOMENTO DE ISSO MUDAR!	46
Raphael de Andrade Ribeiro	46
Reniê de Souza Garcia	46
Wezelley Campos França	46
LGBTFOBIA E EDUCAÇÃO: A AUSÊNCIA DE DISCUSSÕES NA ESCOLA	48
Wezelley Campos França	48
NOMEAR PARA DAR EXISTÊNCIA: ATIVISMO BISSEXUAL, CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS E MOVIMENTOS DE VISIBILIDADES	51
Danieli Klidzio	51
GÊNERO E SAÚDE NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA: REVISÃO DA LITERATURA	53
Caroline Silva de Araujo Lima	53
Natália Queiroz Souza dos Santos	53
Márcia Farsura de Oliveira	53
NARRATIVAS QUEER, O PRAZER DE SER DESTRUÍDO	55
Giovanni Fonseca Bosica	55
Rosângela Fachel de Medeiros	55

YOUNG ROYALS: UMA INTERPRETAÇÃO CULTURAL-MIDIÁTICA (NETFLIX, 2021)	57
Maicon Douglas Holanda	57
O PARADIGMA DA REPRESENTATIVIDADE: POLÍTICOS LGBTQIA+ ELEITOS E A LGBTfobia ESTRUTURAL	59
Amanda Oliveira Simões	59
Luís Felipe Gimenes Nogueira	59
PROPOSTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CANDIDATOS VEREADORES LGBTQIA+ NAS ELEIÇÕES DE 2020 NA CIDADE DE ASSÚ/RN	61
Francinaldo Avelino da Silva	61
Gilson Lopes da Silva	61
FOXY EYES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A DESVALORIZAÇÃO ESTÉTICA DA MULHER ASIÁTICA	62
Cinthia Sayuri Nakamoto	62
“DRAG TROUBLE”: UMA POSSÍVEL ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA QUEER NAS OBRAS JOHN WATERS À RUPAUL'S DRAG RACE	63
Brunna Teodoro Queiroz	63
Bruno Gadelha Xavier	63
DISCUSSÃO LEVA A PREVENÇÃO: DEBATENDO A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	65
Eduardo Lima	65
Ewerton da Silva Ferreira	65
POR UMA GEOGRAFIA FÍLMICA: UMA ANÁLISE ESPACIAL DO FILME “HOJE EU QUERO VOLTAR SOZINHO”	67
Yuri Gabriel Vieira Além	67
Guilherme Oliveira Silva	67
SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA: REVISÃO LITERÁRIA	69
Natália Queiroz Souza dos Santos	69
Ana Luisa Silva Araujo	69
Caroline Silva de Araujo Lima	69
SAÚDE MENTAL, PRECONCEITO, PANDEMIA E POPULAÇÃO LGBTQIA+: REVISÃO SISTEMÁTICA	71
Caroline Silva de Araujo Lima	71
Ana Luisa Silva Araujo	71
Márcia Farsura de Oliveira	71

A RESOLUÇÃO 1664/2003 REVISITADA: APONTAMENTOS PARA UMA HOSPITALIDADE MÉDICA INCONDICIONAL	73
Patrick de Almeida Trindade Braga	73
Matheus William Arakaki	73
VIOLÊNCIA DE ESTADO E LESBO-ÓDIO	75
Kleire Anny Pires de Souza	75
Isabel Ceccon lantas	75

LGBTFOBIA E EDUCAÇÃO: A AUSÊNCIA DE DISCUSSÕES NA ESCOLA

Wezelley Campos França¹

Resumo: A sexualidade é um dispositivo histórico e está em todas as formas de expressão presente na sociedade e, particularmente na escola. Nesse ínterim, o contexto escolar tem o papel social de humanizar e transmitir saberes para a construção do conhecimento do indivíduo, contribuindo para a sua própria identidade e o respeito às diferenças. No entanto, a ausência de discussões acerca das dissidências sexuais, de identidades e gênero tem contribuído cada vez mais para o aumento da produção e reprodução de parâmetros heteronormativos. Trabalhar a diversidade e igualdade de gênero e a sexualidade são muito desafiadores, porém, permite a escola ficar mais aberta a entender que as ações e posturas da heteronormatividade é resultado da ausência da abordagem desses temas, uma vez que, é dentro da unidade escolar, na qual entendemos como necessário, que o conhecimento sobre todos os tipos de temáticas sejam abordados. Assim, a proposta básica deste artigo é problematizar a ausência de discussões de temáticas que propiciam a LGBTfobia na educação, dialogando com Bassan (2017), França (2020a e 2020b), Ramos e Sousa (2017), Santos (2019) e Ventimiglia e Menezes (2020), entre outros. Deste modo, a análise desse estudo ressalta que ações de prevenção e o combate da LGBTfobia no âmbito escolar é de suma importância para a desconstrução de práticas e discursos LGBTfóbicos.

Palavras-chave: LGBTfobia; Educação; Sexualidade; Diversidade.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a ausência de discussões no chão da escola, tecendo algumas considerações acerca do debate sobre a LGBTfobia nesse espaço de formação humana, que prefere não discutir o tema ou negar a sua existência em uma sociedade marcada pela heteronormatividade², ou seja, que “está na ordem das coisas, no cerne das concepções curriculares” (JUNQUEIRA, 2010, p.212).

As dissidências sexuais e de gênero no interior da escola nos permite pensar acerca dos processos de interação que acontecem nesses campos de relações sociais. Historicamente, a educação se estruturou a partir de um conjunto de valores, normas e crenças obstinados na produção, reprodução de parâmetros heteronormativos.

Nesse sentido, este artigo se propõe identificar e analisar produções bibliográficas realizada a partir da análise pormenorizada de materiais já publicados sobre a LGBTfobia na

¹ Especialista em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Questões Étnico-Sociais ou Raciais, e Gestão Escolar: Administração, Supervisão e Orientação, Licenciatura em Pedagogia. São Fidélis – RJ. E-mail: wezelleyfranca@gmail.com

² De acordo com França (2020a, p. 191) a Heteronormatividade é o enquadramento de todas as relações, mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo, em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, desejos e atos a partir do modelo heterossexual, familiar e reprodutivo.

educação, sobretudo a ausência de discussões sobre diversidade, gênero, identidade, sexualidade, preconceito e discriminação dentro dos muros da escola. Assim, a metodologia utilizada neste estudo fundamenta-se nas ideias e concepções de diversos autores que dialogam com a temática.

2. A LGBTFOBIA, A ESCOLA E A AUSÊNCIA DE DISCUSSÕES DE DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE

A sexualidade é um dispositivo histórico e está em todas as formas de expressão presente na sociedade, assim, a agenda LGBT³ é um tema que tem sido pauta de grandes discussões e até mesmo organização de movimentos sociais, tais como associações, ONGs, dentre outros espaços. Nesse viés, os estudos de Ramos e Sousa (2017), Santos e Ornat (2017) e Bassan (2017), nos mostram o quanto o âmbito educacional, sobretudo o ambiente escolar, é o local na qual os indivíduos iniciam a sua vida em sociedade, contemplando como um espaço de formação de opiniões e abordagens conflituosas de temas presentes no cotidiano e a busca por respostas para seus questionamentos e receios, como por exemplo, a sexualidade e diversidade.

Dito isto, a comunidade LGBT possui uma configuração que a deixa ainda mais marginalizada, pois mexe com algo que a sociedade nunca gostou de falar, que é a questão da sexualidade e as expressões de gênero. Nos estudos de Junqueira (2010), fenômenos discriminatórios como sexismo e homofobia⁴ (ou heterossexismo, se preferirmos), entre outros fenômenos, fazem parte da cotidianidade escolar e estes não são intrusos que adentram sorrateiramente os muros da escola, eles têm sua entrada franqueada e diariamente são

³ Segundo França (2020b, p. 116), são muitas as representações envolvidas, além das várias mudanças na sigla representativa desse movimento no Brasil. A mais comum, GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) foi substituída por GLBT (com inclusão de Bissexuais e Transgêneros e exclusão dos Simpatizantes). A sigla aqui adotada, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), segue deliberação da I Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008. Há controvérsias quanto à nomeação de todos os T, a inclusão de um Q (para queers) ou um A (para assexuais), um I (para intersexos), um P (para pansexuais) um + (por vezes adicionado ao final para representar qualquer outra pessoa que não seja coberta pelas outras oito iniciais), mas há um consenso na busca por inclusão das mais variadas dimensões da construção das desigualdades trazendo à tona pertencimentos sexuais e de gênero.

⁴ Segundo Junqueira (2010, p. 211), “o termo “homofobia” tem sido comumente empregado em referência a um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a “homossexuais”. No entanto, entendê-lo assim implica pensar o seu enfrentamento por meio de medidas voltadas a minimizar os efeitos de sentimentos e atitudes de “indivíduos” ou de “grupos homofóbicos”. A homofobia, mais do que simplesmente se tratar de um conjunto de atitudes negativas, é um fenômeno social relacionado a preconceitos, discriminação e violência, diretamente, contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e, indireta e potencialmente, contra qualquer pessoa”.

ensinados/reproduzidos produzindo efeitos sobre todos que estão inseridos no âmbito escolar.

De acordo com Ramos e Souza (2017, p.9), “em uma sociedade marcada pela heteronormatividade, discutir sobre a homofobia torna-se uma tarefa complexa para a escola, sobretudo quando o gestor escolar prefere não discutir o tema ou negar a sua existência” e quando tratamos da comunidade LGBT estamos falando dessas duas prerrogativas, práticas sexuais desejantes, que são as sexualidades, e as expressões de gênero, que estão configuradas no corpo, pela qual a sociedade sempre se negou a discutir e, automaticamente, a escola também contribui para a discussão.

Atualmente, ainda nos deparamos com escolas que adotam uma perspectiva tradicional, não somente na esfera didática ou pedagógica, mas também na esfera cultural. A dificuldade que a escola apresenta em aceitar a diversidade sexual e de gênero está ligada a uma esfera política e social, motivada por uma visão histórica e cultural construída na trajetória da sociedade, em que as classes dominantes determinavam os padrões de comportamento. As pessoas que seguem uma orientação sexual diferente daquela que impera na sociedade, se tornaram sujeitos hierarquizados a partir de discursos sociais em que a heterossexualidade é o normal, o que chama-se de heteronormatividade (BASSAN, 2017, p.88).

Concomitantemente,

É fundamental ter um olhar e uma percepção atenta para aquilo que não é dito, o que não é citado ou nomeado. Esses não ditos reservam um lugar para a marginalização à população LGBT na escola. É aí que percebemos um grande problema, quando alguma questão relacionada à população LGBT é posta em discussão, logo emergem os discursos contrários a LGBTfobia. Outras vezes a LGBTfobia se manifesta não nas manifestações ou nos atos de violência, como nos xingamentos, expulsões, mas no silenciamento (SANTOS, 2019, p.90).

Sabemos que não há uma receita pronta de como combater a LGBTfobia, no entanto, temos todo um lastro jurídico, legal, ou seja, toda a legislação educacional brasileira, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96) e as diretrizes dos Estados e Municípios que a gente vem vivenciando nos últimos 20 anos, bem como Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e o programa Brasil sem Homofobia, na qual visa o combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual. Assim, a sexualidade deve ser trabalhada pelo currículo escolar em todas as disciplinas, a partir do eixo “Orientação Sexual”, localizado no item “Temas Transversais” dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Contudo, os temas transversais, que em algumas escolas são colocados de lado, já

são destacados como temas que precisam estar em todos os componentes curriculares.

De lá para cá, o documento curricular inseriu esse tema pela necessidade de uma ação pedagógica que trata da gravidez na adolescência e a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis nessa faixa etária. E com isso, as orientações curriculares de cada estado também foram avançando para que todas as diversidades educacionais estivessem em pauta, mas não em pauta como uma questão de vida que precisa estar em todos os currículos, independente da área do conhecimento, precisa partir de uma diversidade humana para aplicar em seu componente curricular a fim de transmitir o seu conhecimento naquela área de produção.

No ano de 2004, é lançado no Brasil o Programa Federal Brasil sem Homofobia. Cinco anos depois, no ano de 2009, é aprovado, pelo Poder Executivo Federal, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Estes dois documentos são considerados marcos e referências para a elaboração, em nível nacional, de diversas políticas públicas de enfrentamento às violências atentadas contra estes sujeitos (VENTIMIGLIA; MENEZES, 2020 p. 20).

Para Ramos e Sousa (2017) e Gomes (2014), a LGBTfobia está presente em vários espaços sociais e é óbvio que a escola não seria diferente, uma vez que, reproduz as imposições advindas da sociedade, podendo “ser um lugar de discriminação, preconceito e violência, pois esses processos afastam aqueles/as estudantes que são vítimas cotidianamente” (SANTOS, 2019, p.88-89).

Ventimiglia e Menezes (2020) conceituam a LGBTfobia como a legitimação de:

Uma cultura que condena quaisquer práticas ou comportamentos não heterossexuais. Desta forma, numa cultura machista, todas as orientações sexuais e identidades de gêneros diferentes da heterossexualidade representam afronta à masculinidade (VENTIMIGLIA; MENEZES, 2020 p. 61).

Posto isso, ao iniciarem a vida escolar, os alunos LGBT recebem um molde do que podem ou não fazer, como devem se portar e agir. Precisamos, portanto, enquanto defensores da educação, ter um compromisso de sermos multiplicadores de boas práticas, pautadas no respeito, comportamentos e identidades de todos aqueles que fazem parte da comunidade escolar, desde a sua orientação sexual aos novos arranjos de família.

A LGBTfobia presente no cotidiano escolar tem sido fortemente alimentada pela ferrenha oposição de determinados setores da igreja católica e das igrejas evangélicas neopentecostais que têm se organizado, nos últimos anos, para

combater aquilo que chamamos de “ideologia de gênero” (SANTOS, 2019, p.88-89).

Segundo Bassan (2017, p.88), “quando algum aluno possui um sentimento e comportamento diferente daquele que a escola transmite, surge no indivíduo a posição de inferioridade, marginalização, e preconceito”, nesse sentido, Junqueira (2012, p.9) corrobora que “o que vemos, então, é um sistema binário, disciplinador, normatizador e normalizador graças ao qual a heterossexualidade só poderia ganhar expressão social mediante o gênero considerado naturalmente correspondente a determinado sexo”, uma vez que, ainda nesse espaço onde é ensinado aquilo que a sociedade considera normal, aceitável, binário, biológico, em um universo machista, na qual a lógica heteronormativa é considerada como padrão.

Nesse viés, Ramos e Sousa (2017) reforçam que, quando o indivíduo LGBT vai para esse enfrentamento ele é negado, excluído, silenciado, invisibilizado e às vezes até assassinado. Visto que, esses alunos sofrem com xingamentos, agressões, preconceitos, bullying, são excluídos cotidianamente ou até mesmo se excluem por conta da marginalização e repressão a que são submetidos, ou seja, a comunidade LGBT é expulsa da escola, e muitas das vezes são tidas como uma clientela evadida.

Para os autores, toda a comunidade escolar deve estar envolvida no debate sobre a LGBTfobia, “pois a mesma pode ter a necessidade de formação referente a temática, isso sem dúvida constitui-se na primeira etapa para a quebra da heteronormatividade, desse modo, esta não será instituída como expressão identitária e sexual correta” (RAMOS; SOUSA, 2017, p.9).

A diversidade sexual e de gênero ainda se torna um desafio para a escola, que deveria se propor a trabalhar essas relações no ambiente escolar tanto com alunos quanto com professores como forma de combater a desigualdade e promover o respeito às diferenças. Mesmo sendo uma realidade no dia a dia escolar, ainda existe resistência em trabalhar essas questões por ainda prevalecer em nossa sociedade os discursos dominantes (BASSAN, 2017, p.88).

É importante ressaltar que o aluno LGBT é excluído pelo colega, pelo professor, pela comunidade escolar e que esta situação decorre também da ausência e/ou inexistência de uma educação sexual no chão das instituições escolares, de um Projeto Político Pedagógico e um Currículo que não o reconhece como pessoa e sequer apresenta as questões desse enfrentamento à LGBTfobia, uma vez que, desconhece que discutir sexualidade vai além

deste campo de conhecimento, que tem a haver com a sexualidade e a afetividade das pessoas.

Ignorar a diversidade sexual e de gênero na escola causa descontentamento e desmotivação de alunos no ambiente escolar, pois enxergam na escola um ambiente de desigualdade. Quando a escola não promove discussão sobre essa temática, intensifica a homofobia no ambiente de ensino, que é a aversão ou repulsa pela homossexualidade. Embora os direitos humanos tenha avançado em nossa sociedade, muitas vezes esses temas não são abordados de maneira adequada no ambiente de ensino, ou muitas vezes, os profissionais da educação não são preparados e incentivados para isso (BASSAN, 2017, p. 89).

Outrossim,

O silenciamento em relação à sexualidade no ambiente escolar, em especial na educação infantil, ocorre e torna-se comum por temer-se que, ao abordar tais temáticas, se suscitem mais curiosidades, e, quem sabe, até desperte interesses semelhantes que incidam sobre o paradigma sexualidade. Poderia, ainda encorajar, “determinadas práticas” não coadunadas com a expectativa heteronormativa (DUARTE, 2015, p. 76).

Nesse ínterim, a comunidade LGBT não vai à escola porque ela não se enxerga naquele ambiente, dado que o currículo trabalhado não reconhece esses indivíduos, onde os materiais didáticos não trazem as questões LGBT em suas discussões, nas suas ementas e outras questões como a interssexualidade, pois são engessados em um currículo tradicional que não problematiza os saberes considerados indispensáveis para essa parte dessa população, não havendo, então, uma desconstrução do paradigma da heteronormatividade tão presente na escola e na sociedade.

A LGBTfobia na instituição de ensino pode propiciar a dificuldade no aprendizado, repercutindo no rendimento escolar. Nesse viés, a escola tem se tornado um martírio, porque continua gerando segregação, isolamento, afetando o bem-estar subjetivo, levando o indivíduo a apresentar insegurança, desinteresse, além de contribuir para o abandono e a evasão escolar. Ainda é visível a reprodução de uma educação bancária do latifundiário, seja nas práticas, nos discursos dos profissionais e dos estudantes e até nas formas veladas, por meio do currículo oculto, principalmente da educação para a sexualidade que acontece na escola, contudo, lembramos que não é uma educação para qualquer sexualidade, mas sim, uma educação para a heterossexualidade.

3. CONCLUSÃO

A prevenção da LGBTfobia no ambiente escolar é de suma importância para que tenhamos de fato uma escola inclusiva, igualitária e não LGBTfóbica. Dito isto, ou a gente reinventa essa escola que está imposta e repensa qual é o papel dessa pedagogia, reorganizando e respeitando a verdadeira comunidade escolar e as comunidades ao seu entorno, ou senão a escola vai continuar fadada ao fracasso devido ao preconceito, a discriminação, o alto índice de morte, o insucesso das lutas pela igualdade, entre outros.

Portanto, o combate a LGBTfobia precisa ser um objetivo da escola, pertinente e com necessário meios para alcançar resultados positivos. E isso se inicia com estudos sobre o papel da escolar no combate a LGBTfobia na educação, bem como ações e discussões que promovam inclusão e mudanças nas práticas pedagógicas a fim de aprofundar e ampliar os conhecimentos sobre este objeto, minimizando e/ou reparando atitudes discriminatórias e posturas preconceituosas no âmbito da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSAN, Renata Quenca. A escola e sua função social: um olhar sobre o gênero e a diversidade sexual. **Colloquium Humanarum**, vol. 14, n. Especial, Jul-Dez, 2017, p. 87-92. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2017/suplementos/area/Humanarum/4%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o/A%20ESCOLA%20E%20SUA%20FUN%C3%87%C3%83O%20SOCIAL%20UM%20OLHAR%20SOBRE%20O%20G%C3%8ANERO%20E%20A%20DIVERSIDADE%20SEXUAL.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal**, de 04 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Brasil sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>, Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>, Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/39/LGBTI/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Cidadania%20e%20Direitos%20Humanos%20LGBTI.pdf>>, Acesso em: 23 jun. 2021.

DUARTE, Maria Leuca Teixeira. **Escola:** lugar político da diversidade sexual e de gênero. 2015. 231f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20759/1/EscolaLugarPol%c3%adtico_Duarte_2015.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

FRANÇA, Wezelley Campos. A teoria queer na educação: por uma pedagogia queer. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves de.; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; REIS, Toni. (orgs.). **Estudos sobre diversidade sexual e de gênero:** atualidades, temas, objetos. 1. ed. Curitiba: IBDSEX, 2020a, v. 1, p. 222-227.

_____. Diversidade sexual e identidade de gênero na educação: os direitos humanos e a atuação da escola. In: IANTAS, Isabel Ceccon Iantas; TAKASHIMA, Kenji Theodoro Karazawa; SOUZA, Kleire Anny Pires de; SILVA, Marina de Fátima da. (Org.). **Resistência LGBTI+:** caderno De trabalhos. 1ed.: COR.LGBTI, 2020b, v. 1, p. 113-125.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Revista Espaço do Currículo**, v.2, n.2, pp.208-230, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/4281>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 01, p.01-22. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

RAMOS, Melcka Yulle Conceição; SOUSA, Thalita de Fátima Aranha Barbosa. O gestor escolar e o combate a homofobia na escola. **Anais IV CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/37762>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio Jose. **Pelo espelho de Alice:** homofobia, espaço escolar e prática discursiva docente. 1ª Edição. Curitiba, PR: Editora Appris, 2017.

SANTOS, Émerson Silva. **LGBTfobia na educação e a atuação da gestão escolar.** 1ª Edição. Curitiba, PR: Editora Appris, 2019.

VENTIMIGLIA, Rafael; MENEZES, Aline Beckmann. **LGBTfobia na escola:** possibilidades para o enfrentamento da violência. 1ª Edição. Curitiba, PR: Editora Appris, 2020.

PROPOSTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CANDIDATOS VEREADORES LGBTQI+ NAS ELEIÇÕES DE 2020 NA CIDADE DE ASSÚ/RN

Francinaldo Avelino da Silva⁵
Gilson Lopes da Silva⁶

Resumo: O presente artigo analisa a participação da comunidade LGBTQI+ nas eleições de 2020 na cidade de Assú/RN. Destaca-se primeiramente, que a um nível nacional as eleições municipais de 2020 tiveram uma ampla participação da comunidade, muitos candidatando-se a cargos de vereadores em diversas cidades. Em Assú/RN esse cenário não foi diferente. Nesse contexto interiorano tivemos quatro pessoas pertencentes à comunidade pleiteando o cargo de vereadores. Nosso objetivo aqui é identificar quais eram os projetos desses até então candidatos, direcionados para os sujeitos LGBTQI+, e como eles se posicionam em suas falas e discursos com relação à comunidade. Para isso, utilizamos como suporte metodológico, um elemento da cultura midiática, que são as redes sociais, em especial o instagram e o facebook. Fizemos uma busca ativa nas redes sociais desses candidatos, durante o período da campanha eleitoral de 2020, identificando as propostas e projetos voltados para a população LGBTQI+ local. Desse modo, os projetos propostos pelos candidatos, abrangiam diversas pautas que são de suma relevância para a comunidade, tais como a inserção no mercado de trabalho, a visibilidade trans na política e o combate a LGBTFOBIA.

Palavras-chave: Assú/RN; Comunidade LGBTQI+; Eleições 2020; Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo analisa a participação da comunidade LGBTQI+ nas eleições de 2020 na cidade de Assú/RN. A problemática que norteia esse trabalho é a seguinte: Quais as propostas de campanha desses vereadores para a comunidade LGBTQI+, e como eles se posicionavam em suas falas e discursos de campanha com relação aos LGBTs? Cabe destacar, que devido a pandemia de coronavírus, não foi possível realizar entrevistas com esses candidatos, para um melhor aprofundamento e embasamento da pesquisa. Desse modo, optamos por recurso metodológico para a construção desse trabalho, as redes sociais dos candidatos. Fizemos uma busca no instagram e facebook durante o período das eleições, a fim de perceber como eles se posicionavam, e o que tinham de propostas para a comunidade. Os vereadores em questão

⁵ Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Assú. Especialista em Culturas Políticas História e Historiografia pela Faculdade do Complexo Educacional Santo André- FACESA.

⁶ Professor da Especialização em Culturas Políticas História e Historiografia da Faculdade do Complexo Educacional Santo André- FACESA e Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)/UFRN.

são: Paulo Henrique, Yamara Santos, Jéssica Rocha e Jacutinga.

O texto se justifica primeiramente, porque pesquisar a temática LGBTQI+ é algo que nos interessa desde a graduação; partindo também de nosso lugar social de sujeito homossexual. Segundo, porque objetos de estudo como esse sempre nos inquietaram, do porquê não temos uma representatividade bem maior desses sujeitos na esfera política. Nosso objetivo aqui é, a partir das eleições de 2020, onde houve uma participação maciça em todo o Brasil, de sujeitos LGBTs candidatando-se, analisar as propostas desses candidatos de Assú/RN mais especificamente, e perceber que políticas públicas eles tinham para a comunidade LGBTQI+.

Desse modo, o artigo encontra-se estruturado em dois momentos. No primeiro momento do texto, nossa abordagem é direcionada à participação da comunidade LGBTQI+ na política, destacando quais as barreiras ainda se fazem presentes para os LGBTs se inserirem nesse espaço, e quais as conquistas obtidas. No segundo e último momento do texto, nosso olhar é direcionado para o contexto local da cidade de Assú/RN. Iremos identificar quais as propostas, projetos e falas de campanha dos vereadores, que citamos anteriormente, para a comunidade LGBTQI+ nas eleições de 2020.

2. A PARTICIPAÇÃO E A REPRESENTATIVIDADE DA COMUNIDADE LGBTQI+ NA POLÍTICA: ENTRE LUTAS, DESAFIOS E CONQUISTAS

Um dos espaços aos quais a comunidade LGBTQI+ ainda encontra dificuldades de inserir-se é na política. Notamos que a participação e a representatividade nos espaços políticos por parte desses sujeitos, ainda é algo consideravelmente baixo:

Segundo o coletivo #VoteLGBT, o aumento de candidaturas LGBT não significa, automaticamente, que exista um fortalecimento do movimento e o aumento de LGBTs eleitos. O VoteLGBT é uma plataforma que desde 2014 realiza ações para fortalecer a representatividade LGBT, com foco na política. A contradição se dá, segundo o grupo, pelo sistema eleitoral brasileiro, que privilegia os candidatos que tiveram mais votos em cada coligação ou partido. “Se as candidatas LGBT+ saíram em partidos diferentes, elas disputaram votos. E se elas saíram pelo mesmo partido, elas também competiram por votos internamente, afinal, só as mais votadas são eleitas. Nesse sentido, parece que mais candidatas LGBT+ resulta em menos LGBT+ eleitas”.⁷

Aqui, notamos algo interessante de ser analisado, que é com relação as candidaturas de

⁷ Disponível em: <https://marcozero.org/os-desafios-das-candidaturas-e-mandatos-lgbti-dentro-e-fora-do-brasil/>

sujeitos LGBTQI+. É possível que nos últimos tempos tenha aumentado, como foi o caso das eleições de 2020, como veremos mais a frente, porém isso não significa necessariamente, em número maciço de candidatos eleitos, o que expõe uma série de problemas quando falamos da inserção desses sujeitos nesses espaços da política. Todavia, há de se ressaltar um ponto positivo nisso, que é a visibilidade que as campanhas acabam ganhando. Esse efeito se dissemina, fazendo com que outras pessoas acabem se identificando e por vezes se candidatando.

Obviamente, quando tratamos de política, existe por trás todo o jogo político e as questões financeiras que envolvem uma disputa de campanha. Com isso, muitas vezes, candidatos LGBTQI+ podem sair em desvantagens, haja vista que: “O partido normalmente dedica a maior parte da grana aos candidatos (sim, candidatos, no masculino) com mais chance de vencer ou mais alinhados com os caciques da legenda, que não costumam ser as pessoas LGBTQI+”⁸. Percebemos aqui, um dos dilemas que se colocam para pessoas da comunidade adentrar no cenário político. Além disso, há também um outro fator importante, que é o de convencer os eleitores LGBTQI+ de votarem em candidatos da própria comunidade, pois ainda há uma resistência enorme.

As lutas e resistência do movimento homossexual são necessárias para que sujeitos LGBTQI+ possam ocupar e entrar em espaços que antes eles não adentrariam, aos olhos da sociedade, dentre estes, principalmente, na política. Por isso, a necessidade da participação e representatividade LGBTQI+ em cargos políticos:

Integrantes do movimento LGBT afirmam que, com a falta de representatividade na política, se sentem incapazes de ver melhorias nas leis e pautas como a criminalização da homofobia. “A representação LGBTQI+ é importante em qualquer lugar; com isso nós podemos alcançar direitos que para algumas pessoas são básicos e para nós são extremamente importantes”, diz Allison de Jesus, 23 anos, estudante de Publicidade e LGBT. Um dos caminhos para maior representatividade LGBT dentro da política é o incentivo ao voto, não só dentro da comunidade, mas de pessoas que são contra o preconceito e a favor da diversidade. “O problema seria amenizado através do incentivo para que mais LGBTs se candidatem e tenham visibilidade maior sobre seus projetos. Também é importante pesquisar, ver projetos de políticos e cobrá-los por seus posicionamentos”, comenta a estudante LGBT Caroline Ferreira.⁹

A necessidade da representatividade de sujeitos LGBTQI+ na política acontece,

⁸ Disponível em: <https://marcozero.org/os-desafios-das-candidaturas-e-mandatos-lgbti-dentro-e-fora-do-brasil/>

⁹ Disponível em: <http://codigo.inf.br/aun/politica/representatividade-na-politica-onde-estao-os-lgbts/>.

principalmente, pela falta de políticas públicas e leis que amparem esse grupo. Isso quer dizer, que a partir do instante que temos pessoas pertencentes a comunidade, assumindo cargos políticos, seja a nível municipal ou estadual e que defenda a causa LGBTQI+ em suas falas e discursos, notamos a possibilidade da efetivação de projetos e políticas públicas direcionadas a estes sujeitos, que ainda são tão desamparados através das políticas sociais.

Apesar disso, notamos um afastamento dos LGBTs da política. O que explicaria isso? E até que ponto isso relaciona-se com a democracia e possíveis falhas nesse sistema político? Fazendo uma pesquisa em alguns sites especializados nessa temática, encontramos algumas discussões bastante interessantes.

Primeiramente, nos regimes democráticos, sabemos que há a exclusão de alguns grupos sociais. Destacam-se por exemplo:

No entanto, nos regimes democráticos, é cada vez mais perceptível a super-representação de segmentos e interesses em detrimento de outros sub-representados e excluídos das instituições representativas liberais. É possível dizer que trabalhadores/as, mulheres, população negra e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), só para citar alguns segmentos, são obstados de ocupar espaços de poder tanto pela dinâmica da exclusão social quanto pelos filtros institucionais que tendem a agregar as desigualdades sociais na esfera pública e na política eleitoral.¹⁰

Tradicionalmente, já existe essa exclusão desses grupos sociais dos processos políticos; se tratando dos LGBTs, isso se acentua ainda mais. Isso também está ligado a própria desigualdade social e uma hierarquia existente em nossa sociedade. Significa dizer que, originalmente as instituições e os sistemas, sobretudo políticos, estão sendo ocupados em sua grande maioria por pessoas brancas, ricas e heterossexuais e que não representam essa pluralidade e diversidade.

Dito isso, nos questionamos quais fatores explicam essa ausência dos LGBTs da política, e listamos a seguir alguns motivos que explicariam esse fator:

As assimetrias da democracia brasileira que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. A predominância de uma cultura masculinizada – de Mariz heterossexual – na esfera pública. A necessidade de três tipos de recursos – das quais nem todos possuem – para disputar cargos públicos: dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos. As candidaturas LGBT passam pelo filtro dos partidos políticos que apresentam problemas de democracia interna, são liderados por homens cis-heterossexuais e, em muitos casos, não estão abertos à temáticas que

¹⁰

escapam da antinomia capital x trabalho. Como o campo político é pouco permeável às pautas e pessoas LGBT, há uma notória tendência do eleitorado em votar em candidatos que detém o perfil dominante da arena política, ou seja, masculina, burguesa, branca e heterossexual, mesmo entre o eleitorado LGBT. É importante notar que há esforços e iniciativas na direção de romper com essa cultura política como a Plataforma Vote LGBT que aponta na direção da construção de um senso comunitário em que LGBT vote em LGBT.¹¹

Essas são apenas algumas das possibilidades que explicaria a falta de participação e representatividade dos LGBTs na política, desde o fato da nossa sociedade ser extremamente heteronormativa, e passando por questões financeiras também. Traçando um contexto mais geral, temos no cenário político nacional, algumas figuras que conseguiram romper com esses paradigmas e chegaram a cargos políticos, mesmo com todos esses estigmas.

Por exemplo, no ano de 2006, o estilista Clodovil Hernandez é eleito o terceiro deputado mais votado de São Paulo:

Estilista e apresentador de TV, Clodovil tivera, em 2006, quase 494 mil votos, sendo o terceiro mais votado no estado de São Paulo, maior colégio eleitoral do país. Pela primeira vez um homossexual assumido ingressava na Câmara dos Deputados.¹²

Clodovil era homossexual assumido, e conseguiu se eleger deputado e chegar a um alto cargo político, talvez um dos mais importantes. Chegou a um espaço antes renegado aos LGBTs. Vale salientar que Clodovil não defendia a causa LGBTQI+ em suas falas e projetos, todavia, isso não exime de forma alguma sua importância no cenário político, e a representatividade que ele trouxe para a comunidade.

Outra figura importante na política que cabe destaque, assim como a de Clodovil, é a de Jean Wyllys, eleito deputado por dois mandatos: “Em 2010, o jornalista se elegeu com 13.000 votos a Deputado Federal pelo Rio de Janeiro através do PSOL.”¹³ Posteriormente, Jean Wyllys em 2014 e 2018 foi reeleito. Jean Wyllys é considerado militante em prol da causa LGBTQI+, e a defendeu em seus projetos, obtendo importantes conquistas para a comunidade através de seu mandato de deputado.

No artigo Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil, Gustavo Gomes da Costa

¹¹ Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/05/11/o-que-afasta-populacao-lgbt-da-representacao-politica/>.

¹² Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/politica/noticia/2018/06/gay-de-direita-clodovil-e-lembrado-por-polemicas-no-plenario.html>.

¹³ Disponível em: https://www.ebiografia.com/jean_wyllys/

Santos (2016) faz uma análise das relações e tensões existentes entre o movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil, no período compreendido pós redemocratização. Durante a década de 1990, e o início do novo século, dois partidos em especial, eram os únicos a ter setoriais LGBT, e eram eles:

Durante a década de 1990 e os primeiros anos do novo século, PT e PSTU foram os únicos partidos brasileiros a contar com setoriais LGBT. Após 2006, observa-se o surgimento de setoriais LGBT em diversos partidos políticos brasileiros. A proliferação de setoriais LGBT em instâncias partidárias pode ser creditada a uma maior institucionalização da causa LGBT no Brasil, demonstrada pelo maior foco do ativismo em estabelecer organizações formais voltadas a demandas por direitos civis no campo político institucional (SANTOS, 2016, p. 189).

Segundo o autor, todo esse processo de institucionalização se inicia lentamente ainda na década de 1980, com a segunda onda do movimento homossexual. Porém, de acordo com Santos (2016) vai ser no período compreendido entre 2003-2011, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidência do Brasil, que esse processo institucional se intensifica ainda mais. Temos por exemplo, a criação da frente parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, que englobava senadores e deputados envolvidos com direitos LGBT. Nesse mesmo segmento, temos ainda a importante criação do “Brasil sem Homofobia”, que consiste em um conjunto de ações voltadas à promoção dos direitos LGBT.

Santos (2016) ainda aponta outros partidos que criaram setoriais LGBT. Destaca-se, por exemplo, o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Temos ainda nessa linhagem de partidos da esquerda o Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL), que segundo Santos (2016), foi criado em 2005, e é um dos partidos que têm demandas favoráveis aos LGBTs. Nas eleições de 2010, o partido, em pleno horário eleitoral, surpreendeu ao exibir um beijo entre dois rapazes, vinculando assim o partido à causa.

Uma das maneiras de percebermos o engajamento e o comprometimento dos partidos com a causa LGBTQI+, está nas adesões de parlamentares frente a parlamentares que são anti-direitos LGBTQI+:

Outra forma de medir o comprometimento dos partidos políticos com a defesa dos direitos sexuais é analisar as adesões de parlamentares a frentes parlamentares pró-direitos LGBT. As frentes parlamentares são grupos de parlamentares (deputados e/ou senadores) de caráter suprapartidário que se organizam em torno de temáticas de interesse comum [...] as frentes parlamentares são grupos que promovem a articulação de interesses, constituindo-se enquanto “espaços” de “opinião mobilizada” dentro do Parlamento. Além de agregar deputados e

senadores com posicionamentos semelhantes em uma dada temática, as frentes parlamentares auxiliam nos processos de definição e organização de interesses, que ocorrem em interação tanto com a chamada “sociedade civil organizada” quanto os membros do poder Executivo. Segundo dados obtidos no sítio da Câmara dos Deputados, foram criadas na 54ª Legislatura (2011-2015) 163 frentes parlamentares. No caso específico da questão LGBT, a organização da primeira frente parlamentar ocorreu em outubro de 2003. Nomeada de “Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual”, a frente contava com a participação de deputados e senadores defensores dos direitos LGBT. O grupo promoveu diversos encontros e palestras sobre direitos sexuais (SANTOS, 2016, p. 196).

De acordo com o autor, temos alguns parlamentares que vem se organizando e fazendo enfrentamento aos pró-LGBT. Segundo Santos (2016), no que se refere a filiação partidária de parlamentares, o PT¹⁴ é o partido que possui um maior número de membros da Frente Parlamentar pela Cidadania e Direitos dos LGBTs.

Desse modo, apesar de todas as barreiras que existem, como bem elencamos nesse tópico, notamos que nos últimos anos o meio partidário tem dado demonstrações de estar cada vez mais permeável com a causa LGBTQI+. Isso deve, obviamente as lutas do movimento homossexual na busca constante pelos direitos desses sujeitos, e a participação em diversos segmentos da sociedade, dentre eles, a política.

A partir disso, vemos uma crescente participação dos LGBTs na esfera política, inclusive candidatando-se a cargos e disputando eleições, e tendo em suas falas e projetos de campanha a causa LGBTQI+. E foi justamente o que ocorreu nas eleições municipais de 2020:

Em um marco histórico, mais de 70 vereadores LGBTs foram eleitos no Brasil em 2020. Não apenas nos Estados Unidos, mas também por aqui este ano, candidaturas e eleições LGBTs aumentaram e evoluíram consideravelmente, aumentando a representatividade na política, um ambiente sempre dominado – até pouco tempo atrás completamente – por homens brancos heterossexuais e cisgêneros.¹⁵

As eleições de 2020 se destacam como um marco histórico em candidaturas LGBTs. Dentre os mais de 80 vereadores que conseguiram se eleger pelo Brasil, evidenciamos, por exemplo, Erika Hilton (PSOL) e Thammy Miranda (PL) corpos trans que passam a ocupar uma vaga na câmara de vereadores de São Paulo.

Dentre a participação maciça desses muitos LGBTs nas eleições de 2020, mais

¹⁴ Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Disponível em: <https://poenaroda.com.br/comportamento/politica/80-vereadores-lgbts-2020/>

especificamente na cidade de Assú/RN, tivemos as candidaturas de Paulo Henrique do Nascimento, mais conhecido como Paulinho, Yamara Santos, Jacutinga e Jéssica Rocha. No próximo subtítulo analisaremos as propostas e os discursos de campanha desses candidatos direcionados a comunidade LGBTQI+.

3. REPRESENTATIVIDADE NAS URNAS: AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 E AS CANDIDATURAS LGBTQI+ EM ASSÚ/RN

Nas eleições municipais de 2020, ocorreu uma ampla participação da comunidade LGBTQI+, como já discutimos anteriormente. Em Assú/RN, tivemos as candidaturas de Paulo Henrique, Yamara Santos, Jéssica Rocha e Jacutinga. Em uma postagem feita em sua rede social, o candidato a vereador Paulo Henrique, registra um encontro com autoridades políticas da cidade, para discutir políticas para a comunidade LGBTQI+:

Figura 1 – Encontro entre autoridades políticas.



Fonte: Instagram.

No registro anterior, postado ainda durante a pré-campanha, Paulo Henrique discute juntamente ao candidato a prefeito Ivan Júnior, políticas públicas para a comunidade,

sobretudo, no que tange homens e mulheres trans. Sabemos que a comunidade LGBTQI+ é carente de políticas públicas, quando se refere a homens e mulheres trans, isso se acentua ainda mais. Uma das bandeiras levantadas por Paulo Henrique em sua candidatura a vereador era a visibilidade trans, isso fica evidente em sua postagem nesse encontro para discussão dessa pauta de suma relevância, e em seu material de campanha que ele disponibilizou em PDF.

Analisando as propostas de campanha, uma das políticas públicas de Paulo Henrique para a comunidade LGBTQI+, foi a inserção desses sujeitos trans no mercado de trabalho:

TODXS PODEM: Apresentar projeto de lei de incentivos fiscais para empresas que contratarem homens e mulheres trans, garantindo 5% de contratados por empresas que receberem os incentivos fiscais.¹⁶

Aqui fica evidente a bandeira levantada pelo candidato a vereador para a comunidade LGBTQI+. Essa proposta de Paulo Henrique é de fundamental relevância, uma vez que busca inserir esses sujeitos no mercado de trabalho. Sabemos que as disparidades para os LGBTs que buscam uma colocação no mercado de trabalho são muitas, bem como as barreiras e preconceito.

Nesse sentido, temos essa proposta do candidato que buscava destinar incentivos fiscais para empresas que contratassem homens e mulheres trans. Uma política pública que tiraria muitos desses sujeitos trans de situações de vulnerabilidade social em que se encontram, justamente por não terem uma oportunidade no mercado de trabalho, dadas todas essas dificuldades. Em consonância com esse projeto do candidato Paulo Henrique, o historiador Vando Rocha da Silva nos diz o seguinte:

[...] o direito ao trabalho, uma grande problemática na sociedade brasileira contemporânea, haja vista o preconceito e a discriminação acentuada no país. Evidentemente, a Constituição de 1988 garante que os LGBT's são possibilitados de ingressar e permanecer no mercado de trabalho, sob as mesmas condições dos indivíduos heterossexuais, porém, na prática, sucede-se de maneira diferente [...] (SILVA, 2019, p. 42).

O acesso ao mercado de trabalho por sujeitos LGBTs, tem se evidenciado como uma problemática atualmente, de acordo o historiador. Mesmo sabendo que nossa constituição

¹⁶ Propostas de campanha Paulo Henrique, material disponibilizado pelo mesmo via pdf.

garante que eles adentrem ao mercado de trabalho, mas na prática sabemos que não é isso que ocorre. Nesse sentido, o debate travado e a proposta de Paulo Henrique demonstram, de alguma forma, o desejo de suprir esse déficit para a comunidade LGBTQI+ de Assú.

Outra candidatura LGBTQI+ na cidade de Assú nas eleições de 2020, foi de Yamara Santos. Fazendo uma busca em sua rede social durante a campanha encontramos algumas falas e posições da candidata referente a comunidade:

Figura 2 - Postagem da candidata Yamara.



Fonte: Instagram.

Na imagem, a candidata convida a comunidade para um encontro virtual para debaterem a cidade de Assú que queria para a comunidade LGBTQI+. Yamara Santos é uma personalidade bastante ativa na política local e militante da causa. A ideia desse encontro promovido pela candidata, fazendo uma leitura completa do comentário feito no post, era construir propostas juntamente com os eleitores, para uma Assú melhor e com dias esperançosos para a comunidade LGBTQI+.

Outra candidata nas eleições de 2020 em Assú/RN foi Jéssica Rocha, transexual, e em suas pautas de campanha defendeu a causa e a visibilidade trans nos espaços políticos:

Figura 3 – Postagem da candidata Jéssica.

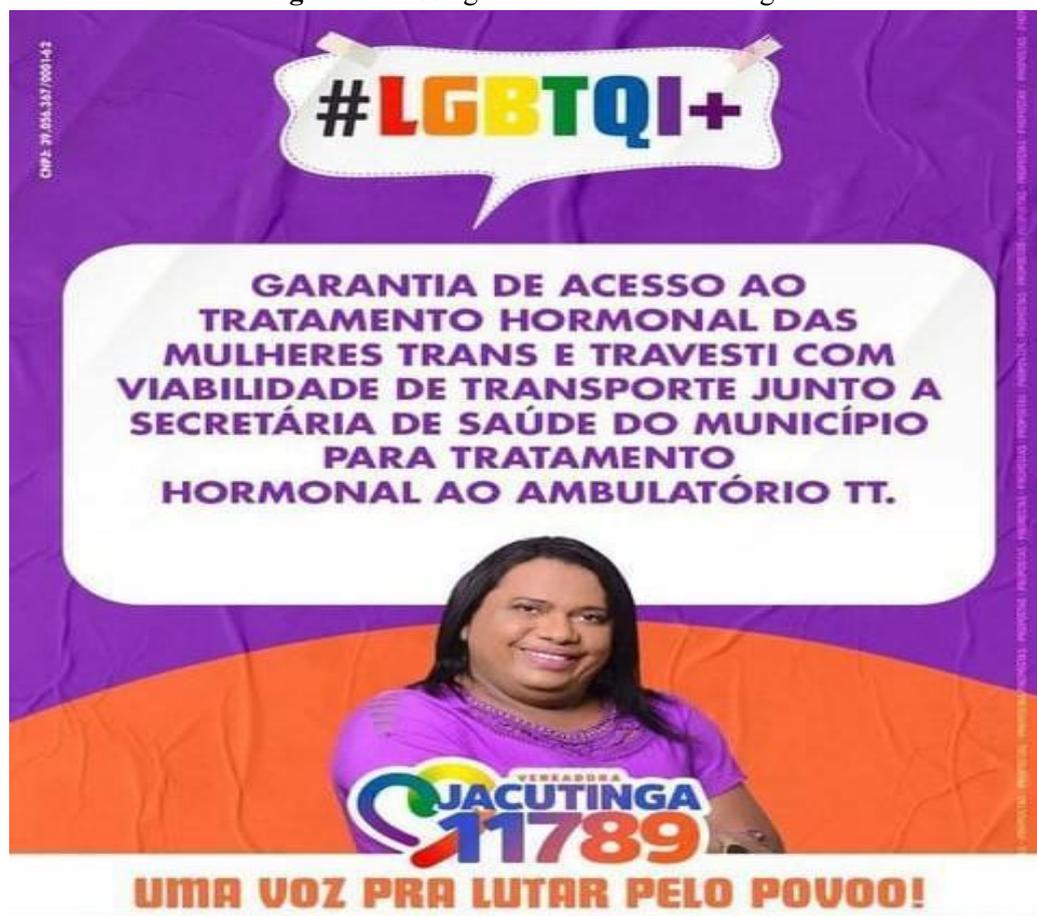


Fonte: Facebook.

Em postagem feita no facebook, a candidata convida a população para acompanhar uma entrevista concedida a um programa de rádio, onde ela iria falar a respeito das mulheres trans na política. Jéssica Rocha, ao se inserir nesse meio, sabe bem das dificuldades e dos entraves das trans na política, haja vista também que temos pouca representatividade trans nesse espaço. Na entrevista o objetivo era falar justamente sobre isso. Vendo as matérias de divulgação da campanha em seu facebook, percebemos que ela sempre usa o slogan Transforma Assú, ou seja, fazendo menção a sua condição sexual de trans e seus ideais políticos enquanto candidata a vereadora.

Uma das candidatas ao cargo político de vereadora em 2020, e mais popular na cidade de Assú é a transformista Jacutinga. Também engajada na causa LGBTQI+, em suas propostas de campanha trazia algumas políticas públicas para os LGBTs. Entre elas, estava:

Figura 4 – Postagem da candidata Jacutinga.

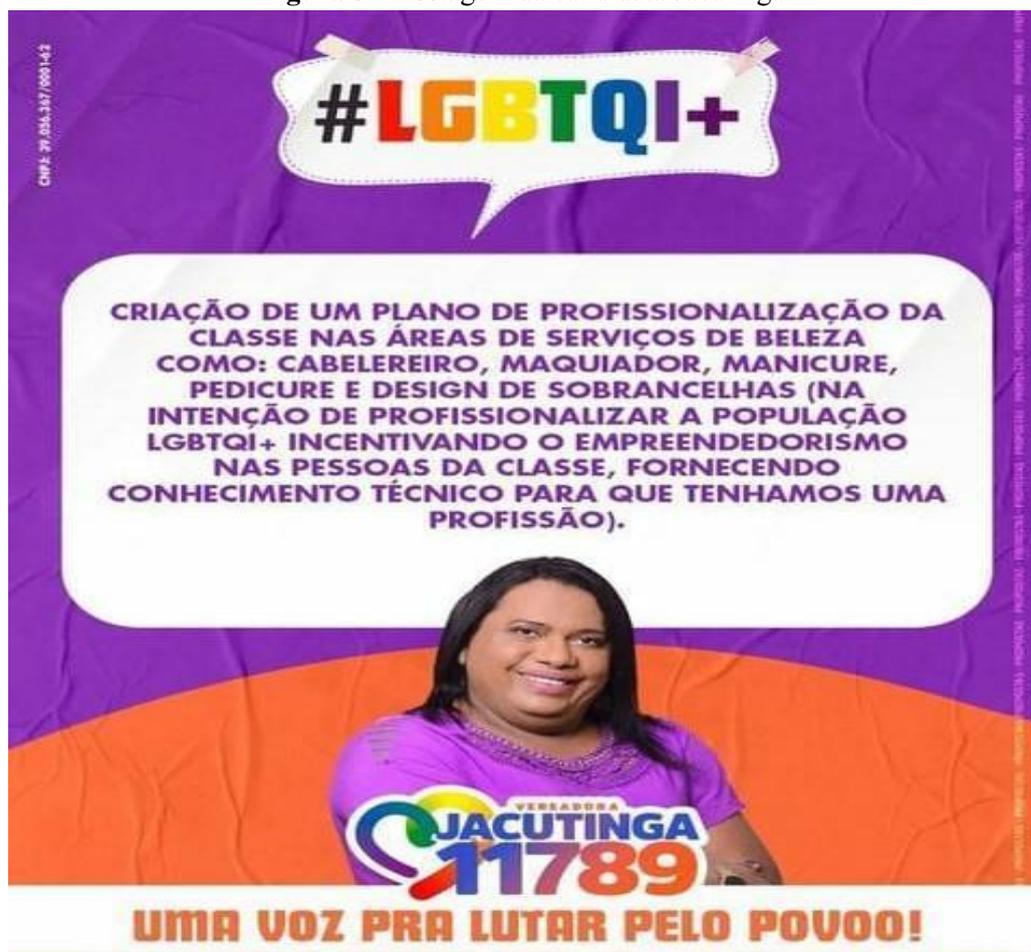


Fonte: Instagram.

A proposta de Jacutinga para a comunidade LGBTQI+, como percebemos em sua postagem no Instagram durante a campanha, era de viabilizar através de seu mandato enquanto vereadora, o acesso ao transporte para que pessoas trans e travestis pudessem realizar seus tratamentos hormonais. A candidata deixa claro em seu post na rede social, que sabe das dificuldades que esses sujeitos encontram para realizar esse tipo de tratamento, e tentaria viabilizar através de seu mandato, transporte para fazer essa locomoção até os ambulatórios. Uma vez que sabemos que muitas trans que fazem o tratamento hormonal, estão em situação de vulnerabilidade social, e a proposta da candidata Jacutinga nesse sentido vem para beneficiar esse segmento da comunidade LGBTQI+.

Jacutinga em suas propostas e projetos para a comunidade LGBTQI+, ainda abrange mais duas áreas de suma importância: a profissionalização e a inserção no mercado de trabalho:

Figura 5 – Postagem da candidata Jacutinga.



Fonte: Instagram.

A proposta de Jacutinga aqui se assemelha com a de Paulo Henrique, que falamos anteriormente, que é de inserir através do seu mandato os LGBTs no mercado de trabalho. No caso de Jacutinga, isso se daria através da profissionalização. Em suma, seu projeto como percebemos pela postagem, era criar um plano de profissionalização buscando ofertar cursos nas áreas de beleza, como por exemplo, manicure, pedicure e designer de sobrancelhas para capacitar a comunidade LGBTQI+.

A partir disso, a comunidade LGBTQI+ de Assú estaria sendo primeiramente estimulada a ter uma profissão, haja vista que essa entrada no mercado é um dilema ainda apresentado. Segundo, é uma maneira de estimular o empreendedorismo, pois essa política pública é uma forma também de incentivar muitos LGBTs a abrirem seus próprios negócios na área da beleza, após a finalização dos cursos.

Mas talvez um dos mais importantes projetos que a candidata Jacutinga tenha apresentado, diz respeito a ações de combate a LGBTFOBIA, como observamos na postagem

feita em sua rede social:

Figura 6 – Postagem da candidata Jacutinga.



Fonte: Instagram.

Sabemos que a violência contra os sujeitos da comunidade LGBTQI+ em todo o Brasil, e na cidade de Assú também é algo assustador, e mostra o quão estamos expostos a violência. A forma como esse grupo tem sido vítima de atos de preconceito fisicamente e verbalmente, simplesmente por vivenciaram suas sexualidades, tem crescido a cada dia de forma acelerada.

Nesse sentido, a proposta de Jacutinga de criar e incentivar ações de combate a LGBTFOBIA é extremamente relevante, uma vez que os números de homofobia têm crescido a cada dia. E ter uma representante transformista na câmara de vereadores de Assú, levantando essa pauta, é ter uma porta-voz, alguém que possui um lugar de fala, que sentiu e possivelmente sente essa violência cotidianamente. Que deseja ajudar, através de seu mandato, outros sujeitos que vivenciam isso, e que muitas vezes não tem essa visibilidade e essa notoriedade que Jacutinga tem na cidade de Assú/RN.

Diante disso, podemos afirmar que as eleições de 2020 na cidade de Assú teve uma ampla participação e representatividade da comunidade LGBTQI+. Cabe destacar que nenhum dos candidatos citados no decorrer do artigo, conseguiram se eleger vereadores. Todavia, as candidaturas desses sujeitos mostram que os LGBTs podem participar ativamente dos processos democráticos, e candidatar-se a cargos municipais.

Essas candidaturas podem vir a se converter em políticas públicas para a comunidade LGBTQI+. Uma vez que esses candidatos possuem um lugar de fala, têm consciência de suas responsabilidades sociais. Além dos benefícios que seus mandatos poderiam trazer para um grupo que historicamente foi silenciado e excluído.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, nossos objetivos foram alcançados, sendo que foi possível analisar as propostas de candidatos a vereadores para a comunidade LGBTQI+ nas eleições de 2020 na cidade de Assú/RN. Tivemos quatro candidatos pertencentes a comunidade, e que traziam em suas falas e políticas públicas, temas que são importantes serem abordados e discutidos no que tange esses sujeitos.

Esses projetos apresentados por esses candidatos em suas redes sociais abrangiam pautas relevantes como por exemplo, o debate em torno da LGBTFOBIA. Na sociedade em que vivemos, onde se mata sujeitos LGBTs de forma brutal e cruel, é importante termos uma candidata transformista, com lugar de fala, apresentando um projeto que visava discutir a pauta da violência como uma de suas metas.

Bem como precisamos urgentemente de políticas públicas que visem inserir os LGBTs no mercado de trabalho. Pois sabemos que as disparidades são muitas, para esse grupo quando buscam uma colocação no mercado de trabalho. Vemos muitos em condições de desemprego, que em alguns casos não é nem por falta de uma qualificação profissional, mas por sua condição sexual simplesmente.

Nesse sentido, tínhamos dois vereadores que traziam essa discussão para debate, de tentar colocar a comunidade LGBTQI+ no mercado de trabalho, através da qualificação com cursos profissionalizantes, estimulando-os ao empreendedorismo.

Assim, podemos perceber que os LGBTs participaram ativamente das eleições municipais de 2020 em um cenário nacional, bem como no contexto de Assú/RN. Quebrando

com os padrões de uma sociedade que excluiu e silenciou esses sujeitos dos processos políticos durante muito tempo, tivemos as candidaturas de uma trans, homossexual, lésbica e uma transformista idealizando algumas políticas públicas, através de suas candidaturas para a comunidade LGBTQI+ de Assú/RN.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES; José Cleudo; ZENAIDE; Maria de Nazaré Tavares. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. **Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas**, v. 8, n. 1, 2019.

HAFEMANN, Alessandro Ribeiro. **A esquerda e os movimentos homossexuais na América Latina**. Maringá: Anais do X Seminário de Ciências Sociais - Tecendo diálogos sobre a pesquisa social Universidade Estadual de Maringá - Departamento de Ciências Sociais, 2012.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. **Levantar bandeira e dar pinta: Inflexões etnográficas sobre o movimento LGBT em João pessoa (1980-2002) e suas ressonâncias**. Bagoas: 2017.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n. 1, 2016.

SILVA, Vando Rocha da. **Representações Sociais e Lutas por Direitos: Uma Historicização do Movimento LGBT no Brasil (1978-2019)**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assú, 2019.

SOUTO MAIOR JUNIOR, Paulo Roberto. O ‘assumir’ na emergência do movimento homossexual brasileiro: os casos do Somos (SP), Grupo Gay da Bahia (BA) e Dialogay (SE). **Revista de História Regional**, Santa Catarina, 2017.

SITES CONSULTADOS

<http://codigo.inf.br/aun/politica/representatividade-na-politica-onde-estao-os-lgbts/>.

<https://epoca.oglobo.globo.com/politica/noticia/2018/06/gay-de-direita-clodovil-e-lebrado-por-polemicas-no-plenario.html>.

<https://marcozero.org/os-desafios-das-candidaturas-e-mandatos-lgbti-dentro-e-fora-do-brasil/>.

<https://poenaroda.com.br/comportamento/politica/80-vereadores-lgbts-2020/>

https://www.ebiografia.com/jean_wyllys

<https://www.facebook.com/gerferson.rocha>

<https://www.instagram.com/paulinhodoacredito/?hl=pt-br>

<https://www.instagram.com/jacutingaoficial/?hl=pt-br>

<https://www.instagram.com/yamarapt/?hl=pt-br>

<http://www.justificando.com/2017/05/11/o-que-afasta-populacao-lgbt-da-representacao-politica/>.

“DRAG TROUBLE”: UMA POSSÍVEL ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA QUEER NAS OBRAS JOHN WATERS À RUPAUL'S DRAG RACE

Brunna Teodoro Queiroz¹⁷

Bruno Gadelha Xavier¹⁸

Resumo: O artigo em questão faz estudos sobre a Teoria Queer e as figuras performáticas Drag Queens. Ao mensurar os estudos para o desenvolvimento desse artigo se passam perante a desenvoltura das performances artísticas das Drags e sua origem cinematográfica, desde os filmes de John Waters (Cinematógrafo dos anos 1980), o qual promoveu as telas "Hollywoodianas", a Drag Queen Divine. Nesta dramaturgia de Waters (Pink Flamingos e Female Trouble), pode-se observar bastante similaridade com diversas performances artísticas das figuras “Drags” ao longo da era midiática. Para a promoção de uma analogia crítica, foram dimensionados estudos teórico-indutivos, por arquivos audiovisuais, análise de biografias, estudos aprofundados nos Direitos Humanos, para explanar sobre o poder de performance das Drag Queens, tanto em seus espaços performáticos, quanto em seu “backstage”, ou na vida em sociedade. De modo que, pretende observar semelhanças entre a “Musa de Waters” à estrela contemporânea interpretada por RuPaul Andre Charles, a protagonista e apresentadora RuPaul, do reality show RuPaul 's Drag Race. Perante a análise crítica das “similitudes performáticas” entre ambas as Queens, pretende-se, perante o artigo, tecer uma linha associativa entre filmes, séries e documentários que envolvem a participação em geral da Comunidade LGBTQIA+, com enfoque nas Drag Queens, e seus envolvimento e problemáticas abordadas pela Teoria Queer, historicamente situada desde Stonewall, até os dias atuais. Este artigo baseia-se na Teoria Queer, criada pela autora pós-estruturalista, Judith Butler, para localizar umnexo causal entre essa vertente teórica e o binômio Gênero-Sexualidade. Por fim, este trabalho tem seu grande enfoque nos Direitos Humanos, de forma a denotar a importância histórica e atemporal da Performance Drag e seu olhar perante o Ordenamento Jurídico atual.

Palavras-chave: Drag Queen; Direitos Humanos; LGBTQIA +; Performance; Teoria Queer.

1. INTRODUÇÃO

O artigo em questão pretende situar o tema de pesquisa determinado e seu respectivo repertório teórico que torna este estudo possível. Ao relacionarmos uma teoria ao caso concreto, deve-se realizar uma interpretação entre os fatores temporais e territoriais estipulados, tanto para a teoria quanto para as obras em questão.

Para a promoção de uma analogia crítica, foram dimensionados estudos teórico-indutivos, por arquivos audiovisuais, análise de biografias, estudos aprofundados nos

¹⁷ Brunna Teodoro Queiroz. Graduada em direito pela Universidade Federal de Jataí, cidade: Jataí-GO, e-mail: brunna_tq@hotmail.com.

¹⁸ Bruno Gadelha Xavier. Professor de direito pela Universidade Federal de Jataí. Doutor em direitos e garantias fundamentais (FDV). Cidade: Jataí-GO. E-mail: brunogadelha@ufj.edu.br.

Direitos Humanos, para explicar sobre o poder de performance das Drag Queens, tanto em seus espaços performáticos, quanto em seu “backstage” (Bastidores), ou seja, na vida em sociedade.

As produções utilizadas para a análise são situadas em tempos diferentes, mas seguem o mesmo fator territorial. Para as telas de Hollywood, ambas foram criadas para causar impacto nos telespectadores, que, em suas diferentes gerações, as aclamaram.

Nesta pesquisa, para além das obras, pretende-se percorrer uma argumentação profunda, sobre as raízes do estudo das teorias que embasam a pesquisa em questão. Com origens no Pós-Estruturalismo, período histórico em que filósofos, literatos, entre outros intelectuais do mundo acadêmico, utilizaram para negar a vertente de pensamento denominada estruturalismo, as teorias da autora Judith Butler proveram novos horizontes para a teoria de Gênero, Sexualidade e Performances Sociais, o que fundamenta a pesquisa em questão.

Para tecer uma linha associativa entre filmes, séries e documentários que envolvem a participação em geral da Comunidade LGBTQIA+, com enfoque nas Drag Queens, e seus envolvimento e problemáticas abordadas pela Teoria Queer, historicamente situada desde Stonewall, até os dias atuais.

Desse modo, a pesquisa baseia-se na Teoria Queer, criada pela autora pós-estruturalista, Judith Butler, para localizar um nexos causal entre essa vertente teórica e o binômio Gênero-Sexualidade. Para que, esse trabalho tenha como seu grande enfoque os Direitos Humanos, de forma a denotar a importância histórica e atemporal da Performance Drag e seu olhar perante o Ordenamento Jurídico atual.

Diante da breve contextualização da relação das obras e do tempo histórico cuja teoria de Butler fora insurgente, deve-se tratar de pontos específicos das obras da autora. Primeiramente, a redação deste artigo científico tratará sobre o que é Teoria Queer e qual a relação entre esta teoria e as produções em análise.

2. O QUE É TEORIA QUEER?

Precipualemente, antes de estudar sobre a Teoria Queer, deve-se analisar os contextos de como a autora Judith Butler chegou a essa teoria. Em sua obra “Corpos Que Importam”

(Edição em Português), a pensadora pós-estruturalista traça condições para que se crie um embasamento teórico da relação entre o Poder de Performance e a Ontologia do Termo Queer.

Ao estudar autores anteriores ao pós-estruturalismo, Butler faz análise do Estudo do Poder (Político) do Discurso, de Michel Foucault e a Genealogia da Moral, de Nietzsche, para chegar à relação entre discurso e poder. A autora designa o significado da palavra Queer como seu ponto de partida para abordar seus estudos.

Para Judith Butler, a teoria Foucaultiana, ao gerir as reflexões entre Discurso e Poder, revela que a palavra utilizada em um local e espaço, com seu significado, será uma fonte de poder gerada para exercer impacto social. A palavra Queer, em sua origem, não possui tradução para o idioma português, mas, caso fosse realizada, uma analogia seria “perturbação da normalidade”. No entanto, o termo em inglês, é utilizado como expressão linguística pejorativa, para designar algo fora dos padrões da sociedade.

Dessa análise, a autora demonstra a ressignificação da palavra “Queer” nos dias atuais. Perante a sigla LGBTQIA+, o Q da expressão significa Queer, o que é por si controverso, uma vez que passou de uma expressão pejorativa a um ente integrador da denominação de uma comunidade. Portanto, para a análise de Judith Butler, a palavra, utilizada em um discurso gera um significado ontológico, e seu uso contínuo, aplicado a um lugar e tempo específico, gera uma forma de poder. (BUTLER, 1996)

Como complemento de sua análise, BUTLER (1996) utiliza da teoria de Nietzsche, sobre a existência de signos linguísticos e sua função de poder. A filósofa aborda da Genealogia da Moral que, para o signo da palavra “Queer”, houve a ressignificação do original para uma palavra de “força”, de significante necessário para a comunidade LGBT. Desse modo, a obra pleiteia não apenas a força social exarada da palavra Queer, mas de formas de ampliação do conceito para a atuação na realidade.

Em um subtópico de seu capítulo “Crítica Queer”, BUTLER (1996) aborda sobre “O poder de performance”. Para descrever o conceito de Performance a autora invocou o conceito de Eve Kosofsky Sedgwick, da obra “Queer Performativity”. O conceito de Performance, para o autor, transcende a transformação do ato de fala para o ato de prática, encontrando sua definição aplicada na continuidade do ato de prática, ou seja, em português, seria utilizado o Pretérito Mais Que Perfeito, uma vez que “estaria fazendo” algo. De modo que, a palavra Queer não estaria exercendo apenas efeitos em um momento e local

específicos, mas continua exercendo um poder continuado. Por isso seria uma performance “Queering”, na tradução original do inglês.

Além disso, BUTLER (1996) evoca os exemplos da obra de J. L. Austin, sobre a performance na instituição do casamento. Para Austin, o casamento performa seu poder diante de valores heterossexuais da sociedade. A heterossexualidade é um “padrão” criado por uma sociedade patriarcal, que é regida pela economia capitalista, a qual carrega valores arcaicos para gerir uma ordem social. Desse modo, ao analisar as relações heterossexuais, pode-se compreender porque a expressão linguística “queer” era pejorativamente utilizada, uma vez que destoava dos padrões sociais vigentes ao momento e à época de sua criação.

Ao entender a ressignificação do termo “Queer” pelo movimento LGBTQIA+ e, conjuntamente, aplicar o poder desse signo a um ato performático, a autora defende uma performance queer como uma forma de “protesto” da comunidade LGBT sobre uma sociedade patriarcal, com moldes heterossexuais, que se sente constantemente incomodada com a existência de pessoas “queer”.

Logo, uma Teoria Queer, se refere, em termos conceituais, à atuação da comunidade LGBT, por meio de seu Poder Performático, na busca de seus direitos e deveres sociais, os quais nunca lhes foram sequer cogitados. Perante o combate aos valores patriarcais da sociedade, a comunidade LGBT e seu movimento de luta em prol de suas garantias fundamentais, a teoria em questão defende como a existência dessas pessoas promove “incômodos” na sociedade atual e como esse “incômodo” é notável não apenas nas obras Hollywoodianas, mas também, na vivência social de uma pessoa LGBT.

Portanto, a existência de uma Teoria Queer, ao que tange esta pesquisa, implica em análises sobre Performances Artísticas pleiteadas pelas obras analisadas e uma possível atuação social dessas obras como Performances Sociais, das quais a comunidade LGBTQIA+ exerce poder de luta, em prol de seus direitos e deveres, jamais concedidos por uma sociedade com padrões heterossexuais.

3. QUAL A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA APRESENTADA E AS OBRAS ANALISADAS?

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS OBRAS PRETENDIDAS:

Para analisar a Teoria Queer nas obras de John Waters e RuPaul Charles é preciso contextualizá-las. Portanto, por respeito à linha temporal das obras propostas, essa pesquisa iniciará sua explanação pelas obras de John Waters.

John Samuel Waters Jr, nascido em Baltimore em 1946, foi um cineasta famoso diante o público alvo de filmes “underground”. Conhecido por sua obra *Hairspray*, versão de 1988, a qual passou por uma adaptação da Broadway em 2002, foi também criador das icônicas *Female Trouble* e *Pink Flamingos*, ambas analisadas por esta pesquisa.

A produção “*Pink Flamingos*”, de 1972, Waters foi altamente criticado nas telas de Hollywood, ao ser o primeiro cineasta a apresentar uma Drag Queen como protagonista de uma obra hollywoodiana. O cast (Elenco) da obra foi estrelado pela Drag Queen Divine, tratada como uma “mulher”, figura feminina, estreada por um performer masculino.

Divine, na obra de Waters, interpretou a criminosa Babs Johnson, figura feminina que “incomodou” os telespectadores, uma vez que o filme não seguia os moldes da época. Durante a trama, Babs é confrontada por outro par de criminosos, para disputar a reputação de “criminosos mais sujos” de Baltimore.

O filme recebeu críticas por ser “ultrajante”, “obsceno” e “queers”, uma vez que, os filmes de Hollywood sempre demonstram uma clássica “mulher do século 90”, submissa a figura masculina mantenedora da casa. O *American Way Of Life* continuava sendo um padrão a ser seguido pelo padrão cinematográfico de Hollywood, no entanto, do lado de fora das telas, a sociedade fulminava revoluções contra os padrões estipulados pela sociedade capitalista da época.

Em continuidade às obras “catárticas” de Waters, a obra “*Female Trouble*”, de 1974, aclamado pelo público do cinema “underground” da atualidade, traz aos destaques hollywoodianos o retorno de Divine no papel principal. Nesta produção, a estudante do Ensino Médio, Dawn Davenport foge de casa, pois seus pais não lhe deram um sapato de cha-cha no natal. A partir disso é apresentada a uma vida marginal cheia de problemas femininos que precisa enfrentar como uma “mulher adulta”.

Perante sua atuação, a Drag Queen Divine chocou o público hollywoodiano da década de 70 e continua a mostrar o impacto de suas personagens até os dias atuais. Em seus roteiros, John Waters mostra mazelas atemporais que as mulheres dos Estados Unidos não podiam

revelar socialmente. A mulher “perfeita”, do American Way Of Life, jamais seria “ultrajante” ou não respeitaria o molde familiar da época.

Portanto, as personagens de Divine geraram uma catarse nos telespectadores de Waters, uma vez que, um homem jamais poderia se subverter a um personagem feminino nos anos dourados de Hollywood. E, sequer, uma mulher poderia ser o personagem principal de uma vida “promíscua” e fora dos padrões patriarcais, com os moldes heterossexuais da sociedade.

Algumas décadas à frente, surge uma nova Drag Queen no cenário “hollywoodiano”, a qual, diferentemente de Divine, foi amplamente aclamada pelo público. O performer RuPaul Andre Charles, também na década de 70, começou a criar impacto com sua Drag Queen RuPaul. No entanto, no início da criação de sua “performance”, sua drag se identificava com as causas do movimento Punk, sendo destaque em vários programas de TV nos Estados Unidos.

Ao passar do tempo, após seu sucesso mundial com a música “Supermodel”, RuPaul foi aclamada pelo público Norte Americano e começou a apresentar em canais de TVs fechados. Entre seus trabalhos, em meados de 2009, foi lançado o Reality Show "RuPaul's Drag Race”, o mundialmente conhecido programa, estreou o primeiro episódio de suas muitas temporadas.

Atualmente, a série de TV mais aclamada pela população LGBT dos Estados Unidos, possui mais de 17 temporadas, dentre elas várias Drag Queens concorrem para saber qual será a próxima "America's Next Drag Superstar”. Ao longo das temporadas, é notória a subversão do reality show aos moldes capitalistas dos programas de TV norte-americanos.

No entanto, RuPaul não subverteu seus valores ao regime patriarcal de moldes heteronormativos. O discurso da Drag Queen mais famosa da América do Norte continua em prol às causas da comunidade LGBT, com outras formas de “incomodar” a sociedade. Ao deprender palavras de amor e auto aceitação, dá ao público LGBTQIA+ formas de luta por meio de diferentes meios de “choque” da sociedade.

Diante desta contextualização, a pesquisa pretende a aplicação de uma Teoria Queer, perante as obras de John Waters e Rupaul Charles, para tecer uma possível crítica aos moldes do cinema Hollywoodiano e aos valores patriarcais regidos por uma sociedade capitalista. O que seria tão “queer” nas obras que provocam "incômodo" nessa sociedade?

3.2. APLICAÇÃO DA TEORIA QUEER NA OBRA DE JOHN WATERS

Ao realizar a análise das obras de John Waters, foram selecionados os filmes “Pink Flamingos” e “Female Trouble”, para que a aplicação da Teoria Queer seja evidenciada. Afinal, porque Waters lançaria filmes “contracultura” em um momento tão consagrado nas telas de Hollywood?

Como anteriormente mencionado, as obras de Waters são originárias da década de 70, logo não é possível encontrá-las com tanta facilidade para a venda nos dias atuais. Por meio do combo “Waters”, da Editora Versátil, têm-se a única maneira de ter acesso às obras originárias. O curioso foi, porque obras de tamanha pertinência temática são tão difíceis de serem encontradas em pleno século XXI?

Para os estudiosos do cinema Underground, os filmes de John Waters marcaram uma geração de produções artísticas contraculturais. Mas afinal, o que seria um cinema underground? Para o renomado autor Sheldon Renan, se trata de um cinema “subterrâneo” (underground), “uma explosão de estilos, formas e diretrizes cinematográficas”. (RENAN, 1970, p. 1)

Portanto, para classificar os filmes de Waters a esses moldes, presume-se um certo tipo de “incômodo” ao telespectador. O momento "clímax" de todas as obras é a parte em que o telespectador se mostra incomodado com algo do filme que explique certa crítica social, dá-se a essa sensação o nome de catarse. Dessa forma, qual seria a catarse pretendida por Waters em suas obras?

“Pink Flamingos” e “Female Trouble” são filmes aclamados pela crítica por suas formas grotescas e anormais de exporem realidades sociais. Brilhantemente estrelando as personagens principais, a Drag Queen Divine se mostrou uma personagem “a frente” de seu tempo. Relacionando o espaço e o tempo em que as obras foram expostas ao público, é relevante pensar que Divine foi a primeira Drag a interpretar uma personagem “feminina”, mesmo que não fosse do sexo feminino, especialmente, por este fato não ter sido amplamente aceito.

Em ambas as coletâneas, as personagens de Divine mostravam o lado “feminino” de maneira libertina e extravagante, causando enorme incômodo social à população Norte Americana que vivenciava a era do Welfare State. Desse modo, a desconstrução da figura feminina, da esposa “bela, recatada e do lar”, foi arduamente questionada.

Desse modo, ao elucidar críticas sociais, a diva de Waters provocou incômodo à sociedade heterossexual da época. A formação de uma “modern family” nos Estados Unidos na década de 70 era constituída por um marido (figura paterna e mantenedora de seu lar), uma esposa (figura materna e subordinada ao trabalho doméstico e materno) e seus filhos. Essa formação familiar foi amplamente contestada nas obras de Waters, a começar pelo impacto de Divine como figura feminina, perante uma sociedade heterossexual.

Especialmente em “Female Trouble”, as relações familiares interpretadas por Divine são bastante renegadas pela comunidade estadunidense. Nesta obra, a Drag contou com a negação de seus pais ao seu estilo de vida, fugiu da própria casa, foi vítima de um estupro, do qual resultou no nascimento de sua filha, que não era encorajada a estudar como uma criança normal, mas a aprender a arte do “roubo” e maneiras de levar vantagem na vida. Aos olhos “nús” dos telespectadores, seria inconcebível que uma mulher passasse sobre tamanhas adversidades, somente seria aceito caso a figura interpretada fosse uma “hooker” (prostituta, mulher da vida).

Para a correlação entre as obras de Waters e a Teoria Queer, é fundamental observar o efeito catártico dos filmes com a realidade Estadunidense da época. Como já foi dito, a concepção de Female Trouble e Pink Flamingos causou incômodo nos telespectadores, no entanto, seria possível esse “incômodo” ter surtido efeitos para além do cenário Hollywoodiano?

Para Butler, todo ato performado em sociedade possui efeitos de poder simbólico, afinal, não seria algo que já tenha passado ou que ainda irá se passar, está em constante estado de movimento, isso é a performance. Esse poder de performance ultrapassa o limite das telas, atinge para além da 4ª tela, chega às raízes da sociedade. Ao atingir aspectos da sociedade, tais quais os padrões heterossexuais, causam bastante estranhamento, o que os faz ficarem incomodados com a mera presença dos “Queers” no convívio cotidiano.

Essa catarse na vida social está condicionada para além dos costumes de uma sociedade patriarcal, mas para uma contestação do estilo de vida de uma sociedade capitalista, com valores arcaicos. Para um indivíduo heterossexual, criado perante o sistema capitalista, com princípios patriarcais, na década de 70, seria impossível que uma pessoa LGBTQIA+ interpretasse um papel feminino com performances esdrúxulas, o que causa catarse no indivíduo e se estende para a sociedade.

Dessa forma, é claro que a Performance Queering de Divine nas obras de Waters é mundialmente conhecida e atemporalmente significativa, por incomodar padrões sociais pré estabelecidos. Portanto, para a década de 70, um filme de cinema underground, de movimento contracultural, estrelado por uma Drag Queen, causou e causa incômodos sociais. Diante disso, como acredita Butler, a Performance de Divine pode ter causado mudanças sociais perante as estreias de *Female Trouble* e *Pink Flamingos* nas telas de Hollywood, as quais indubitavelmente permanecem até os dias atuais.

3.3. APLICAÇÃO DA TEORIA QUEER NA OBRA “RUPAUL’S DRAG RACE”

Para a análise da segunda obra, perante o olhar da Teoria Queer, precisa-se retornar à década de 60. No dia 28 de julho de 1969, em Nova York, no Bairro Greenwich Village, surgiu uma onda de rebeliões em busca de Direitos e Deveres da População LGBTQIA +. Movimento nomeado como “Motim de Stonewall”.

Diante desse acontecimento, a realidade da população LGBT dos Estados Unidos da América (EUA) transformou-se completamente. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais, e outras classes do movimento, reivindicaram seus direitos, principalmente, o Direito da Dignidade da Pessoa Humana.

Na mesma época, os movimentos de contracultura estavam em alta, com eles várias personalidades tiveram destaque perante suas causas de luta em prol dos direitos LGBTQIA +. Dentre os grandes nomes destacados a partir de Stonewall estava Rupaul Andre Charles, com sua performática Drag Queen Rupaul.

Na década de 70, o movimento Punk, tal qual se conhece nos dias atuais, pelas famosas calças de couro, coturnos altos e cortes de cabelo moicanos, era o movimento contracultura mais famoso nos EUA. Como militante e apoiadora do movimento Punk, a Drag Queen Rupaul era um dos grandes nomes da comunidade LGBT dessa comunidade. Nessa época, houve o lançamento da música “Supermodel (You Better Work)”, no “mundo midiático” dos Estados Unidos.

Com o passar do tempo, na década de 90, Rupaul Charles e sua Drag Rupaul já se instauraram nas telas da televisão norte-americana, com o lançamento da música “Supermodel (You Better Work)”, em 1993, era visível a mudança no estilo Drag de Rupaul. Retiradas as

características Punks, é visível uma submersão aos moldes de uma “Supermodel”. Desse modo, houve, ao indicativo desta pesquisa, uma subversão do movimento contracultura para o movimento da cultura pop estadunidense.

A cultura pop surgiu do conceito de cultura de massa. Esse modo de cultura significa um “efeito de manada”¹⁹, o qual o indivíduo é instigado a realizar certa ação/omissão perante o grupo que o indivíduo é enquadrado. Essa onda de “agir conforme a música”, é uma das maiores heranças da cultura pop. Com o desenvolvimento do regime de produção capitalista, a produção da mercadoria gera um próprio efeito manada que leva as pessoas a consumirem a “arte”, por meio da cultura de massa. Dessa forma, acontece a disseminação, atualmente desenvolvida por intermédio da indústria midiática, a qual rege um padrão de quantidade e não de originalidade, uma vez que a produção em grande escala barateia os meios de produção.

Por sua conectividade, o sistema econômico que gere uma sociedade guia, consequentemente, os padrões socioculturais dos grupos sociais. Em uma sociedade capitalista, com valores patriarcais, os moldes culturais que fomentam a cultura de massa, a arte também está submetida a padrões heterossexuais de produção artística e de disseminação de valores “culturais”.

Apesar de demonstrar submissão à cultura midiática pop dos Estados Unidos, Rupaul e sua Drag continuam disseminando mensagens em prol das causas LGBT. Com a estreia do reality show mais assistido pela comunidade LGBTQIA + nos EUA, em 2004, Rupaul's Drag Race contém 13 temporadas normais, 6 All Stars²⁰ e outros especiais de datas comemorativas, além de ser sucesso mundial na plataforma de streaming Netflix.

Ao lançar-se no mundo midiático dos EUA, Rupaul e seu programa tiveram que passar pelo escrutínio do padrão de vida norte americano e pelos ideais da “figura feminina” que lhe foi imposto. Quando iniciou o seriado, Rupaul já era um mártir para a história LGBT norte-americana, no entanto, apesar da sua mudança de visual, continuou disseminando ideias em prol da luta da comunidade e de seu amor próprio perante o próximo. Um ponto bastante denotado pela crítica era a máxima de seu programa “The best woman win”, uma vez que,

¹⁹ O efeito manada é o nome dado pela psicologia para definir uma conduta característica do ser humano: o de se comportar, mesmo sem saber o porquê, como todo mundo está se comportando em um determinado momento e isso acontece também nos investimentos.

²⁰ All Stars, temporadas anexas ao tradicional “Rupaul’s Drag Race”, porém é realizado com Drag Queens que já participaram do programa e estão competindo novamente para ser a “American Next Drag Superstar”

tratava as Drag Queens como figuras femininas, e apenas em 2019, mudou seu jargão, para “The best drag queen win”, dando maior representatividade para os performers que participaram de seu reality.

Perante a Teoria Queer, a pesquisa entende que não depende apenas da imagem “autovisual” para se compor uma forma de Performance Queer, mas Sem conjunto com o poder legitimado entre ser uma personalidade reconhecida e acolhida pela comunidade LGBT e propagar formas de mudanças na sociedade em prol dos direitos buscados pelo movimento. Ou seja, de forma ou outra, Rupaul adequou-se à cultura de massa para facilitar a disseminação de seus ideais em prol das demandas da comunidade LGBT.

Dessa forma, diferentemente de Divine, que possuiu o poder de performance por meio da catarse, Rupaul mostra estar em outras épocas e realidades totalmente distintas, com formas diferentes de atingir os ideais do público.

Portanto, presume-se que existem formas de incômodo também causadas por Rupaul, com nuances de valores midiáticos capitalistas, mas que, dentro de uma teoria de Performance Queer, exerce sim seu poder simbólico por seus discursos representativos e seu amplo alcance pela cultura de massa. O que, para o ideal valorativo heterossexual, seria inconcebível, assim como fizeram com a performance de Divine.

3.4. COMO A PERFORMANCE ARTÍSTICA PODE VIRAR UMA PERFORMANCE “QUEERING” SOCIAL

Existem várias formas de manifestações de arte, sejam elas envolvidas com os canais de transmissões midiáticos, a interpretação em grandes obras do cinema, sejam as performances que apenas utilizam a instrumentalização do próprio corpo. Todas as formas mencionadas no presente artigo são performances. Conforme o livro “A arte da performance”, de Jorge Glusberg, a performance “viria do latim per-formare, significa realizar. (...) a performance se caracteriza pela realização de atos em situações definidas. Contudo, apesar de ser uma expressão artística, (...), a performance não se caracteriza, necessariamente, por ser um espetáculo ou show.” (GLUSBERG, 2009, p. 72).

Em consonância com a obra “Corpos que importam”, de Judith Butler, detém-se o significado para a palavra Performance. O ato de performar não pode ser detido a determinado tempo ou espaço, uma vez que é uma ação em fluxo contínuo. Para Eve Kosofsky Sedgwick,

autor utilizado no livro de Butler, o conceito de Performance transcende a transformação do ato de fala para o ato de prática, encontrando sua definição aplicada na continuidade do ato de prática. Portanto, a Performance Queer não é um ato finito, se trata de uma Performance Queering.

Para estudiosos do cinema e das mídias sociais, as obras de Waters e Rupaul se tratariam de performances artísticas. A análise da expressão, seria redundante tratar de outro tipo de performance que não se dê em maneira artística, mas o ato que resulta dessa performance é uma atuação contínua da arte, a qual cria efeitos no meio social. A performance artística de uma Drag Queen tem profundos impactos sociais. Uma vez que causam incômodo ao público, produzindo efeitos catárticos. Essa relação gera reverberação social por confrontar valores sociais arcaicos, implementados por uma sociedade “heterossexual”.

Desse modo, para transpor o efeito performático das formas de arte para a realização de uma performance queering social, apenas sua mera execução já realiza o ato transitório. Portanto, não apenas tem-se um movimento artístico durante a performance, mas um sentimento de incômodo catártico, por não seguir uma lógica “tradicional”, mas realizar incômodo social.

Portanto, sim, em consonância com os estudos de Butler, formam-se, pela performance, poder de performance, que torna o indivíduo que a realiza um agente capaz de promover modificações sociais.

4. CONCLUSÃO

Para finalizar a linha de raciocínio deste artigo, pode-se concluir que, por meio da Teoria Queer, de Judith Butler, os articulistas tentaram estabelecer uma relação entre a busca pelos direitos da comunidade LGBTQIA + e a performance queering encontrada nas obras de John Waters e Rupaul.

No entanto, a expectativa de resultados para essa pesquisa qualitativa ainda se mostra bastante inconclusiva, por se tratar de variáveis que não possuem resultados precisos. Dessa forma, ao localizar a aplicabilidade da teoria de Butler com as obras supramencionadas, existem seres sociais que, pelo mero fato de serem LGBT, incomodam os valores arcaicos de uma sociedade dirigida por padrões heterossexuais, o que os torna agentes sociais capazes de

incomodar a sociedade. Esse incômodo, causado pela realização contínua de Performance Queering, é a forma mais eficaz de luta social realizada pela comunidade LGBTQIA +.

Como mencionado, perante a retomada histórica, infelizmente, desde Stonewall, a população LGBT não constituiu legislações específicas que lhes assegurem direitos e deveres constitucionalmente estabelecidos. O modo agravado desse cenário, ao que tange a comunidade LGBTQIA + brasileira, é a não existência de qualquer garantia fundamental que assegure aos membros da comunidade acesso a princípios, como a Dignidade da Pessoa Humana ou seguridade contra atos violentos contra o LGBT, além de outros direitos fundamentais que lhes são renegados.

Existe uma “mera” expectativa de direito perante a garantia de direitos humanos para a comunidade LGBT, mas que apenas será consolidada pela promoção de políticas públicas voltadas para esse público alvo. Assim como performava Divine e como performa Rupaul, grandes mártires da comunidade, é necessário que se estabeleça um “incômodo”, para que a sociedade realmente possa reconhecer a existência de indivíduos da Comunidade LGBTQIA +, e que vejam as condições deploráveis que essa população enfrenta cotidianamente, por negligência da própria sociedade.

Portanto, a performance queering social se estende para além dos palcos, cenários, telas e/ou qualquer outro meio de manifestação artística, ela está acontecendo no meio social continuamente. Assim como incomodava a Diva de Waters, a comunidade LGBT precisa incomodar, quebrar paradigmas sociais criados por padrões heterossexuais, da mesma forma como Rupaul dissemina seus ideais diante de todo o público norte-americano e global, a comunidade tem que lutar até conseguirem seus devidos direitos e deveres.

Conclui-se que é preciso causar um incômodo catártico na sociedade, para que redijam leis que os garantam Direitos Humanos e promovam políticas públicas, para que a comunidade LGBTQIA + possa ser um sujeito (performático) de Direito, frente a sociedade. Desse modo, em concordância com o trabalho de Butler, a performance é uma forma de poder, na luta por direitos da comunidade, que jamais podem parar de causar “incômodos”, uma vez que todas as performances queering realizadas sejam “You Better Work” e todos os direitos sejam-lhes, de fato, devidos e nunca reconhecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.

GLUSBERG, Jorge. **A arte da Performance**". Tradução de Renato Cohen. São Paulo: Perspectiva, 2ª Ed., 2013, p. 145.

GORISCH, Patricia. **“O reconhecimento dos direitos humanos LGBT: de Stonewall à ONU”**. Curitiba: Appris, 2014. P. 122.

FEMALE Trouble. Direção de John Waters. Produção de John Waters. Realização de Divine (Harris Glenn Milstead). Coordenação de John Waters. Roteiro: John Waters. Música: Female Trouble. Estados Unidos: New Line Cinema, 1974. (97 min.), DVD, color. Legendado.

PINK Flamingos. Direção de John Waters. Produção de John Waters. Realização de Divine (Harris Glenn Milstead). Coordenação de John Waters. Roteiro: John Waters. Música: Female Trouble. Estados Unidos: New Line Cinema, 1972. (93 min.), DVD, color. Legendado.

RUPAUL'S Drag Race. Direção de Nick Murray. Produção de Fenton Bailey (et.al). Roteiro: Nick Murray (et. al). Música: Rupaul 'S Drag Race. Estados Unidos: World Of Wonder, 2009-2021. (60 min.), Streaming (Netflix), color. Legendado. Série RuPaul 's Drag Race. Disponível em:
<<https://www.netflix.com/watch/81043230?trackId=13752289&tctx=0%2C0%2Ca3bef47084853b2055a2cc8ce7021b686e811c34%3A4fe3614c9d1e20f0c091454bca235dafb432b454%2Ca3bef47084853b2055a2cc8ce7021b686e811c34%3A4fe3614c9d1e20f0c091454bca235dafb432b454%2C%2C>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

A EDUCAÇÃO E O SEU INVESTIMENTO HETERONORMATIVO CURRICULAR: CHEGOU O MOMENTO DE ISSO MUDAR!

Raphael de Andrade Ribeiro²¹

Renie de Souza Garcia²²

Wezelley Campos França²³

Resumo: sendo a escola um espaço de pluralidade e igualdade no que tange aos discentes, é visto que em muitos âmbitos escolares a discriminação referente não só a orientação sexual, mas também a questão de raça/etnia, estereótipo, classe social são fatores que causam preconceito e até mesmo racismo. Não obstante, é preciso salientar que apesar de a educação vivenciar o século XXI (2021), tais questões sempre fizeram parte do contexto histórico e evolutivo da educação básica nacional. Um dos fatores que fomenta essa realidade é o currículo escolar. Este documento normatizador, subjetivamente, atua nas práticas docentes de forma a classificar o que o currículo considera como “normal” e “anormal”. Ainda sobre o currículo escolar que é seguido assiduamente por muitos docentes, manifesta sua divergência e antipatia – subjetivamente – sobre concepções relacionadas à identidade, gênero, sexualidade etc. Fica nítido que em algumas escolas “modernas”, são marcadas por diferenças. Estudos contemporâneos, enfatizam que essa problemática curricular existe até os atuais dias, manifestando-se de forma mais intensa e agressiva dentro do meio escolar que por muitas vezes, alguns “vendam seus olhos”. Hoje quando se pensa no currículo escolar é preciso entender que ele não é apenas um documento normatizador a ser seguido pelo docente, ele corrobora para a formação do aluno. Um aluno que posteriormente ao ser introduzido na sociedade terá que lidar com diversas questões. O currículo é pautado na heteronormatividade e determinados núcleos sociais não aceitam a imposição de pessoas que não sabem respeitar as diferenças. Outrossim, o presente estudo é justificado pela necessidade de trazer à baila a questão do currículo heteronormativo que em conjunto com as práticas docentes, formarão determinados cidadãos sem criticidade e respeito com os indivíduos considerados por ele como “anormais”. No mesmo patamar, fica esclarecido que a metodologia eleita foi a qualitativa de cunho exploratório e bibliográfico, objetivando enfatizar como é possível desconstruir essa normatização curricular mediante a aplicabilidade da pedagogia queer. A pedagogia queer, tem em suas concepções epistemológicas estudos e ensinamentos não apenas sobre identidade e gênero. Ela atua enfatizando o ensino crítico e reflexivo, ou seja, atua ampliando a capacidade de o discente tornar-se um ser capaz de entender sua realidade, os problemas existentes nela e propor soluções. Ainda sobre a pedagogia queer é necessário salientar que ela prioriza o ensino da igualdade perante a diversidade, o respeito e busca causar nos alunos inquietações para que estes reflitam sobre a sociedade. Por fim, conclui-se que o currículo escolar historicamente tende a segmentar e estigmatizar aqueles que por ele estão fora de “seus padrões”. Dessa maneira, cabe ao docente

²¹ Mestre em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em Geografia e Pedagogia. Professor da SEEDUC RJ, Itaperuna-RJ, raphaeldeandraderibeiro@gmail.com

²² Graduado em Letras e Pedagogia. Especialista em Língua Brasileira de Sinais. Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação (IFF), Bom Jesus do Itabapoana/RJ, renie.garcia88@gmail.com.

²³ Especialista em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Questões Étnico-Sociais ou Raciais, e Gestão Escolar: Administração, Supervisão e Orientação, Licenciatura em Pedagogia. São Fidélis-RJ. E-mail: wezelleyfranca@gmail.com

buscar práticas que desconstruam essas perspectivas durante a construção do conhecimento de seus alunos e justamente por esse motivo, a pedagogia queer ao ser utilizada tende a trazer concepções que associadas ao ensino dos diversos tipos de conteúdos, que tendem a formar um cidadão capaz de exercer sua cidadania, dado que este tende a entender e pôr em prática o significado de igualdade e respeito.

Palavras-chave: ensino; currículo heteronormativo; segregação; desconstrução curricular; pedagogia queer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, J. Corpos que ainda importam. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 12-16, 2015.

CAVALHEIRO, A. S.; SOARES, R. L.; MAIO, E. R. O pensamento queer sobre os corpos que existem: e a emergência de falar em sexualidade sobre a forma de subversão a normatividade. **Momento: diálogos em educação**, Rio Grande, v. 28, n. 3, p. 112-127, set./dez., 2019.

DIAS, A. F. **Representações sociais de gênero no trabalho docente**: sentidos e significados atribuídos ao trabalho e a qualificação. Vitória da Conquista: UESB, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

JUNQUEIRA, R. D. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Revista Educação On-line PUC-Rio**, n. 10, p. 64-83, 2012.

LGBTFOBIA E EDUCAÇÃO: A AUSÊNCIA DE DISCUSSÕES NA ESCOLA

Wezelley Campos França²⁴

Resumo: A sexualidade é um dispositivo histórico e está em todas as formas de expressão presente na sociedade e, particularmente na escola. Nesse ínterim, o contexto escolar tem o papel social de humanizar e transmitir saberes para a construção do conhecimento do indivíduo, contribuindo para a sua própria identidade e o respeito às diferenças. No entanto, a ausência de discussões acerca das dissidências sexuais, de identidades e gênero tem contribuído cada vez mais para o aumento da produção e reprodução de parâmetros heteronormativos. Trabalhar a diversidade e igualdade de gênero e a sexualidade são muito desafiadores, porém, permite a escola ficar mais aberta a entender que as ações e posturas da heteronormatividade é resultado da ausência da abordagem desses temas, uma vez que, é dentro da unidade escolar, na qual entendemos como necessário, que o conhecimento sobre todos os tipos de temáticas sejam abordados. Assim, a proposta básica deste artigo é problematizar a ausência de discussões de temáticas que propiciam a LGBTfobia na educação, dialogando com Bassan (2017), Ramos e Sousa (2017), Santos (2019) e Ventimiglia e Menezes (2020), entre outros. Deste modo, a análise desse estudo ressalta que ações de prevenção e o combate da LGBTfobia no âmbito escolar é de suma importância para a desconstrução de práticas e discursos LGBTfóbicos.

Palavras-chave: LGBTfobia; Educação; Sexualidade; Diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSAN, Renata Quenca. A escola e sua função social: um olhar sobre o gênero e a diversidade sexual. *Colloquium Humanarum*, vol. 14, n. Especial, Jul–Dez, 2017, p. 87-92. Disponível em:

<<http://www.unoeste.br/site/enepe/2017/suplementos/area/Humanarum/4%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o/A%20ESCOLA%20E%20SUA%20FUN%C3%87%C3%83O%20SOCIAL%20UM%20OLHAR%20SOBRE%20O%20G%C3%8ANERO%20E%20A%20DIVERSIDADE%20SEXUAL.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BORTOLINI, A. et al. (Org.). **Diversidade sexual e de gênero na escola: educação, cultura, violência e ética**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal**, de 04 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 23 jun. 2021.

²⁴ Especialista em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Questões Étnico-Sociais ou Raciais, e Gestão Escolar: Administração, Supervisão e Orientação, Licenciatura em Pedagogia. São Fidélis – RJ. E-mail: wezelleyfranca@gmail.com

_____. **Brasil sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>, Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>, Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsites/upload/39/LGBTI/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Cidadania%20e%20Direitos%20Humanos%20LGBTI.pdf>>, Acesso em: 23 jun. 2021.

CANDAU, V. M. **Somos Tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.

DUARTE, Maria Leuca Teixeira. **Escola**: lugar político da diversidade sexual e de gênero. 2015. 231f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20759/1/EscolaLugarPol%c3%adtico_Duarte_2015.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

FRANÇA, Wezelley Campos. A teoria queer na educação: por uma pedagogia queer. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves de.; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; REIS, Toni. (orgs.). **Estudos sobre diversidade sexual e de gênero**: atualidades, temas, objetos. 1. ed. Curitiba: IBDSEX, 2020a, v. 1, p. 222-227.

_____. Diversidade sexual e identidade de gênero na educação: os direitos humanos e a atuação da escola. In: IANTAS, Isabel Ceccon Iantas; TAKASHIMA, Kenji Theodoro Karazawa; SOUZA, Kleire Anny Pires de; SILVA, Marina de Fátima da. (Org.). **Resistência LGBTI+**: caderno De trabalhos. 1ed.: COR.LGBTI, 2020b, v. 1, p. 113-125.

GOMES, José Cleudo. A escola que protege contra a homofobia. **Anais I CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8352>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Revista Espaço do Currículo**, v.2, n.2, pp.208-230, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/4281>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Bagoas - **Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 01, p.01-22. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

_____. "A homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas!" Estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de

gênero nas escolas. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, v.9, n.1, p. 123-139. 2010. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1890_892_junqueira171-722-3-PB.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

RAMOS, Melcka Yulle Conceição; SOUSA, Thalita de Fátima Aranha Barbosa. O gestor escolar e o combate a homofobia na escola. **Anais IV CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/37762>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio Jose. **Pelo espelho de Alice: homofobia, espaço escolar e prática discursiva docente**. 1ª Edição. Curitiba, PR: Editora Appris, 2017.

SANTOS, Émerson Silva. **LGBTfobia na educação e a atuação da gestão escolar**. 1ª Edição. Curitiba, PR: Editora Appris, 2019.

VENTIMIGLIA, Rafael; MENEZES, Aline Beckmann. **LGBTfobia na escola: possibilidades para o enfrentamento da violência**. 1ª Edição. Curitiba, PR: Editora Appris, 2020.

NOMEAR PARA DAR EXISTÊNCIA: ATIVISMO BISSEXUAL, CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS E MOVIMENTOS DE VISIBILIDADES

Danieli Klidzio²⁵

Resumo: A partir da pesquisa de mestrado em andamento da primeira autora, objetivamos explorar as noções de identidade e de sujeito bissexual. Olhando para os perigos e possibilidades da identidade, a entendemos enquanto possibilitadora sem deixar de considerar suas restrições. Discutimos os possíveis aspectos essencialistas de identidade para pensarmos sobre um sujeito político do ativismo bissexual, entendendo especialmente a bissexualidade enquanto fluida em si mesma, e portanto, difícil de ser categorizada e de ter uma representação única. Como afirmam as epistemologias bissexuais, a bissexualidade pode ser ponto de partida para, justamente, desestabilizar noções fixas da sexualidade. No entanto, também observamos a construção desta identidade e sua reivindicação como central em um campo político de direitos LGBTQIAP+ em constante disputa. Refletimos sobre as construções de um sujeito político bissexual múltiplo a partir de como vem se desenhando o ativismo bissexual no atual contexto brasileiro. Em uma pesquisa etnográfica, temos acompanhado o ativismo bissexual e as produções de visibilidade com (e nas) mídias digitais. Consideramos que apesar da capacidade de criar aquilo que diz representar tendo uma função essencialista e unificadora, a identidade é o eixo de mobilização em torno de uma causa ao dar nome a uma sexualidade que busca afirmar existências. No caso da bissexualidade, organiza-se em torno da noção de monodissidência e as mídias digitais têm se constituído como ambientes privilegiados do ativismo bissexual como articulação política e de resistência, em uma rede de movimentos de visibilidades.

Palavras-chave: bissexualidade; monodissidência; identidade sexual; ativismo bissexual; mídias digitais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FACCHINI, R. **Entre umas e outras:** mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. 2008, 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280657> Acesso em: 28 ju. 2021.

GARBER, Marjorie. **Vice-versa:** bissexualidade e o erotismo na vida cotidiana. Rio de Janeiro : Record, 1997

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade:** raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 3, p. 103-133.

LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris:** bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. 2018. 119 f. Dissertação

²⁵ Licenciada e mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria - Rio Grande do Sul, danieli.klidzio@gmail.com.

(Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-909618> Acesso em: 15 ago. 2021.

LEWIS, Elizabeth Sara. O ciclo paradoxal de apagamento e super-sexualização da bissexualidade nos movimentos LGBT: resistências em narrativas de ativistas bissexuais. **Anais do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, Salvador, v. 1, n. 1, p.1-12, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/31496> Acesso em: 15 ago. 2021.

MONACO, Helena Motta. “**A gente existe!**”: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) -

GÊNERO E SAÚDE NO CONTEXTO DA ATENÇÃO BÁSICA: REVISÃO DA LITERATURA

Caroline Silva de Araujo Lima²⁶
Natália Queiroz Souza dos Santos²⁷
Márcia Farsura de Oliveira²⁸

Resumo: O processo de redemocratização da saúde, propiciou a abertura para o debate sobre a cidadania e direitos sociais que reproduz importantes contribuições para a construção de um modelo em saúde pautado na equidade. Porém dentro desta holística, existe uma população que é bastante segregada: a população LGBTQIA+, para a qual o acesso apresenta barreiras, devido à discriminação, ainda que existam políticas públicas que consolidem esse acesso, como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de 2013 (BRASIL, 2013; SILVA et al., 2018). Objetivou-se analisar como a população LGBTQIA+ é acolhida e atendida na atenção primária à saúde. Método: Para isso, foi feita uma busca bibliográfica de manuscritos que foram publicados nos últimos cinco anos, e que apresentem a temática acerca do atendimento à saúde da população LGBTQIA+ e o auxílio prestado pela Atenção Primária à Saúde (APS). As bases de dados científicas utilizadas nesta pesquisa foram Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), ScienceDirect e U. S. National Library of Medicine (Pubmed). Os descritores em Ciências da Saúde utilizados foram: “Minorias Sexuais e de Gênero”, “Atenção Primária à Saúde”, e seus correspondentes no idioma inglês. Um par de revisores selecionaram as pesquisas, extraíram os dados e avaliaram a qualidade metodológica daquelas incluídas. Artigos que não atendiam a temática e o objetivo da pesquisa foram excluídos, sendo apenas artigos originais incluídos. Resultados: Foram encontrados 3779 artigos, sendo cinco selecionados para essa revisão. Os estudos demonstraram que o acesso – acolhimento, atendimento e terapêutica - de pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+ à saúde, na APS, é caracterizado por obstáculos e dificuldades (GUIMARÃES, 2020), que vão, desde posturas e condutas profissionais inadequadas, a atendimentos discriminatórios, sem (i) empatia, (ii) respeito e (iii) humanidade por parte dos profissionais de saúde (PAVELTCHUK; BORSA, 2020; SHIHADDEH; PESSOA; SILVA, 2021), provocando, conseqüentemente, um afastamento e baixa procura por atendimento em saúde pelos usuários dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) que fazem parte do referido grupo (ARAUJO et al., 2019). Essa realidade arraigada nos serviços, faz com que os indivíduos não contemplem, no setor de saúde, uma oportunidade para tratamento e atendimentos de rotina, se sentindo excluídos e obrigados a continuar na invisibilidade social e sem o devido cuidado de promoção da saúde e de prevenção de agravos de enfermidades (LIMA et al., 2019). Conclui-se, de acordo com as pesquisas analisadas, que a relação equivocada existente entre profissionais de saúde da APS e pacientes da comunidade LGBTQIA+, demonstra que o tratamento e o acolhimento realizado na atenção básica é, ainda, discriminatório. Portanto, faz-se necessário planejar (i) atividades e (ii) políticas

²⁶ Caroline Silva de Araujo Lima, acadêmica de Medicina da Faculdade Dinâmica Vale do Piranga- FADIP, Ponte Nova-MG, carolinearaujo689@gmail.com

²⁷ Natália Queiroz Souza dos Santos, acadêmica de Medicina do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos- IMEPAC, Araguari-MG, nataliagssantos@gmail.com

²⁸ Márcia Farsura de Oliveira, doutoranda em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), Ponte Nova, Minas Gerais, mmfarsura@yahoo.com.br

públicas, que se integrem no SUS, promovendo a mitigação da inacessibilidade e do preconceito, na prestação de serviços e de ações de saúde, a quaisquer cidadãos.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero; Atenção Primária à Saúde; Acesso aos Serviços de Saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, L.M.; PENNA, L.H.G.; CARINHANHA, J.I.; COSTA, C.M.A. O cuidado às mulheres lésbicas no campo da saúde sexual e reprodutiva. **Revista de Enfermagem Uerj**. v. 7. 2019. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/34262/29740> Acesso em: 22 Mai. 2021.

GUIMARÃES, N.P.; SOTERO, R.L.; COLA, J.P.; ANTONIO, S; GALAVOTE, H.S. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. 14:2. pp. 372-85. 2020. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1712/2358> Acesso em: 22 Mai. 2021.

LIMA, A.M.; NASCIMENTO, R.T.; CAZELLI, C.M.; CARVALHO, T.G.F. Atributos da Atenção Primária à Saúde e ferramentas de medicina de família no atendimento às diversidades sexual e de gênero: Relato de caso. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**. 14:41. pp. 1-9. 2019. Disponível em: <https://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/view/1785/993> Acesso em: 22 Mai. 2021.

PAVELTCHUK, F.O.; BORSA, J.C. A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. **Revista da SPAGESP**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v21n2/v21n2a04.pdf> Acesso em: 22 Mai. 2021.

SHIHADDEH, N.A.; PESSOA, E.M.; SILVA, F.F. A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. **Barbarói – Revista do Departamento de Ciências Humanas**. n. 58, pp.172-194. UNISC: Santa Cruz do Sul, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/14765/9584> Acesso em: 22 Mai. 2021.

SILVA, P.A.B.; SANTOS, F.C.; SOARES, S.M.; SILVA, L.B. Perfil sociodemográfico e clínico de idosos acompanhados por equipes de Saúde da Família sob a perspectiva do gênero. **J. res.: fundam. care. Online**. 10:1. pp. 97-105. UFRJ: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/193620011.pdf> Acesso em: 22 Mai. 2021.

NARRATIVAS QUEER, O PRAZER DE SER DESTRUÍDO

Giovanni Fonseca Bosica²⁹
Rosângela Fachel de Medeiros³⁰

Resumo: Proponho a apresentação da videoarte “*Tu quer me destruir*” (2021, 05’ 21”), que integra a pesquisa que desenvolvo no Mestrado em Artes Visuais da UFPel, seguida de uma reflexão a respeito das questões acionadas por essa narrativa, na qual baseia-se no campo das poéticas visuais em procedimentos artísticos, nos quais uso meu próprio corpo-imagem como objeto poético e discursivo, imbricando estratégias oriundas de epistemologias Queer para estabelecer subversões dos discursos homofóbicos. Guacira Lopes Louro (2004) diz que a utilização do termo Queer “pelos ativistas dos movimentos homossexuais constitui uma tentativa de recuperação da palavra, revertendo sua conotação negativa original”. Assim, assumir a palavra Queer (estranho) como um campo teórico-artivista é enfraquecer os insultos/discursos e, sobretudo, ao apropriar-se deles, é reverter e assumir sua força. A frase “tu quer me destruir” foi dirigida a mim aos gritos, por um sujeito, dentro de um relacionamento amoroso abusivo, a qual disparava — “todo veado é promíscuo e mentiroso, e tu também é!”. Conviver diariamente com a homofobia cisheteronormativa já não é fácil, enfrentar um sujeito-gay menosprezando a si mesmo e o Outro, é deplorável. Entre essa e tantas outras violências sofridas durante meu percurso de vida, hoje pergunto: quais são as marcas deixadas no corpo pelos insultos? (ERIBON, 2001). Nessa tensão entre o sujeito e os Outros, os corpos estão em constante formação pelos contextos sociais, simbólicos e materiais. A videoarte começa com um fragmento bíblico - que propõe guardar as “pérolas sagradas” (palavras sagradas), não expondo-as aos “porcos” e “cães” (os Outros impuros), caso contrário estes as “destruirão” – para em seguida explorar o imaginário underground BDSM, imbricando a estética ‘precária’ das imagens capturadas à prática sexual Puppy Play. No subsolo de uma boate, o *Dissoluto* está ajoelhado proferindo insultos homofóbicos enquanto é chicoteado por *Pup Sadan*, que usa uma máscara de cachorro; e os *Voyeurs* 1 e 2 assistem e filmam as ações, estando um deles com uma máscara de cachorro. A edição da narrativa evidencia a captura por meio de duas câmeras diferentes, revelando panoramas distintos e algumas contextualizações. A videoarte transgride a lógica do fragmento bíblico e dos insultos, ao colocar em questão: o que é punição, desejo e ou violência? O intuito tanto da videoarte apresentada quanto desta comunicação é levantar questionamentos sobre os insultos homofóbicos - discursos de ódio - entramados nas relações de poder e controle das instâncias sociopolíticas e culturais: pelas leis, mídias, clínica e, principalmente, pela moral e bons-costumes de fundamentalismo religioso, que segregam e condenam à destruição os corpos das pessoas dissidentes da cisheteronormatividade.

Palavras-chave: vídeoarte; queer; insulto; homofobia; underground

²⁹ Mestrando em Artes Visuais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) na linha de pesquisa Processos de Criação e Poéticas do Cotidiano. Mogi Guaçu – SP; giovannibosica@gmail.com

³⁰ Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora voluntária do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Artes Visuais (PPGAVI) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Porto Alegre - RS; rosangelaefachel@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ERIBON, Didier. **Reflexiones sobre la cuestión gay**. Traducción de Jaime Zulaika. Barcelona: Editorial Anagrama, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

YOUNG ROYALS: UMA INTERPRETAÇÃO CULTURAL-MIDIÁTICA (NETFLIX, 2021)

Maicon Douglas Holanda³¹

Resumo: esta comunicação tem a pretensão de trazer algumas reflexões sobre as representações da adolescência e da homossexualidade na série *Young Royals*, disponível na plataforma de *streaming* denominada *Netflix*. A primeira temporada aborda a história de Wilhelm (Edvin Ryding) – príncipe herdeiro ao trono da Suécia – e de Simon (Omar Rudberg). A série performatiza um enredo que enfatiza os descobrimentos, os medos e os dilemas comumente designados pela grande mídia sobre a adolescência, dando a entender que as identidades encontram-se fragmentadas (HALL, 2014). A mediação da lógica biológica de que trata a produção audiovisual é vista como uma ordem natural que condiciona as relações humanas, as identidades e diferenças (SILVA, 2014) no mundo pós-moderno. Esse determinismo, porém, inviabiliza discursos sobre os prazeres dos corpos num tom de biopoder, isto é, o que se deve fazer como correto ou verdadeiro (FOUCAULT, 1988). E é nesse contexto que os protagonistas de *Young Royals* traçam um percurso sobre suas descobertas sexuais homoafetivas. A partir destas questões, surgem algumas interpretações que potencializam a relação entre adolescência e a homossexualidade como produtos culturais-midiáticos: A primeira interpretação cultural da série se justifica pela intersecção entre gênero, raça e classe. Isso acontece porque os protagonistas, Wilhelm e Simon, são gays. Além disso, Simon é negro e pertence a uma classe social popular. Essas abordagens rompem demasiadamente com os paradigmas da existência da normatização da cinematográfica ao longo do tempo, sobretudo nas produções hollywoodianas e europeias, pois é comum percebermos nessas produções predomínio de protagonistas héteros, brancos e com condições socioeconômicas favoráveis. O segundo aspecto cultural mobilizado é a questão da descoberta da homossexualidade vivenciada por um príncipe herdeiro ao trono sueco. Obviamente essa função social está ligeiramente associada a uma composição familiar piamente hierárquica e cis-heteronormativa, baseada nos preceitos do determinismo biológico. Contudo, durante o enredo, ocorre uma fatalidade que modifica as descobertas da adolescência e a relação homoafetiva entre Wilhelm e Simon: a morte do príncipe herdeiro da Suécia, Erik (Ivar Forsling), que é irmão mais velho de Wilhelm, que terá que cumprir suas obrigações reais e viver cercado de preceitos morais, que resulta na privação de sua liberdade de expressão e sexualidade. Um terceiro aspecto cultural nessa produção é a questão da padronização dos corpos demasiadamente estabelecida pela grande mídia. Essas características são perceptíveis em alguns personagens que possuem seus rostos cobertos de espinhas, ou que se encontram com seu peso acima do ideal, isto é, se considerarmos o padrão estético e imagético promovido pelas campanhas publicitárias, diversas produções audiovisuais, etc. É possível inferir que é consensual a percepção de que as produções cinematográficas preferem não protagonizar esses “desfalques corpóreos” que naturalmente são traços biológicos comuns nessa fase da vida. Contudo, a indústria estética e a padronização dos corpos intencionalmente “encobrem” essas “imperfeições”, por não serem aceitas à sociedade em rede (CASTELLS, 1999). Nesse caso, prioriza-se os corpos malhados, magros e com rostos rigorosamente

³¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Graduando em Jornalismo na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e possui graduação em História na UFT. Araguaína, Tocantins. E-mail: maicondouglassholanda@gmail.com.

maquiados, sem espinhas, tidos como ideais de adolescência na cultura da mídia (KELLNER, 2001), o que não acontece com demasia em *Young Royals*.

Palavras-chave: *Young Royals*. Cultura de mídia. *Netflix*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Editora Lamparina, 2014.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**, Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (Org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward**. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

O PARADIGMA DA REPRESENTATIVIDADE: POLÍTICOS LGBTQIA+ ELEITOS E A LGBTfobia ESTRUTURAL

Amanda Oliveira Simões³²
Luís Felipe Gimenes Nogueira³³

Resumo: O Estado Democrático de Direito brasileiro não abarca a diversidade populacional nas casas representativas. Principalmente quando nos deparamos com o cenário político e jurídico brasileiro, nos quais percebemos a LGBTfobia estrutural e a reprodução de comportamentos que são excludentes às pessoas LGBTQIA+. Então, para pesquisar a atuação de políticos eleitos, que são publicamente pertencentes à comunidade e, contudo, não atuam em prol de sua representatividade, é preciso, de antemão, reconhecer que é inexistente políticas públicas que viabilizem a desconstrução da LGBTfobia. Assim, o escopo desse estudo tem como foco analisar a atuação de alguns representantes eleitos que integram a comunidade LGBTQIA+ e não demonstram atitudes que tragam representatividade à mesma. Essa proposição é necessária dada a importância da pluralidade de expressões dos mais diversos coletivos vulneráveis socialmente, além da indispensabilidade da construção e afirmação dos direitos LGBTQIA+, os quais possuem o caráter de direitos humanos, sendo irrenunciáveis, inalienáveis e imprescritíveis (GORISCH, 2013). Dessa forma, questiona-se quais seriam as razões de esses indivíduos eleitos, que são manifestamente LGBTQIA+, não atuarem politicamente em prol da representatividade de sua comunidade. A hipótese sustentada é que a homofobia internalizada impede a aceitação individual, o que inviabiliza ações em favor da comunidade. Bem como, a violência direcionada a esse grupo ser estrutural, a qual se intensificou desde o resultado das eleições de 2018 e tem sido cada vez mais fomentada pelos discursos de ódio, dificultando a aceitação de projetos que contribuam para maior visibilidade a essa comunidade. O presente resumo busca apresentar de qual modo a LGBTfobia estrutural atua de forma que, ainda quando são eleitos em maior número candidatos abertamente LGBTQIA+, não significa que a realidade social dessa comunidade será alterada, tendo em vista que as pessoas eleitas, em diversos casos, não atuam em prol de modificar a situação de vulnerabilidade desse grupo. Principalmente, com o fato de que a situação política brasileira atual não se demonstra aberta para que ocorra uma mudança efetiva nesse sentido com os avanços da extrema-direita nos espaços decisórios do país. Por meio do método hipotético-dedutivo, a pesquisa se desenrolará a partir de aportes bibliográficos e da busca de dados recentes dos resultados das eleições, comparando-os com a realidade social da comunidade LGBTQIA+ brasileira, tão carente de um número significativo de representantes de fato nos cargos de poder e de decisões brasileiros.

Palavras-chave: representatividade; política; direitos; violência estrutural.

³² Bacharela em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e mestranda em Fronteiras e Direitos Humanos na Universidade Federal da Grande Dourados (PPGFDH-UFGD), Dourados-MS. E-mail: amandasimoes10@hotmail.com;

³³ Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e mestrando em Fronteiras e Direitos Humanos na Universidade Federal da Grande Dourados (PPGFDH-UFGD), Dourados-MS. E-mail: luisfgnogueira@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GORISCH, Patrícia C. V. de S. **O reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos**. Santos, São Paulo. 2013.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Alameda, 2018.

PEDRA, Caio Benevides. **Direitos LGBT: A LGTBfobia Estrutural e a Diversidade Sexual e de Gênero no Direito Brasileiro**. 1ª ed. Editora Appris, 2020.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Políticas Públicas LGBT e construção Democrática no Brasil**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017.

SARMENTO, Daniel. **A liberdade de expressão e o problema do “hate speech”**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, out./dez. 2006.

PROPOSTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CANDIDATOS VEREADORES LGBTQI+ NAS ELEIÇÕES DE 2020 NA CIDADE DE ASSÚ/RN

Francinaldo Avelino da Silva³⁴

Gilson Lopes da Silva³⁵

Resumo: O presente artigo analisa a participação da comunidade LGBTQI+ nas eleições de 2020 na cidade de Assú/RN. Destaca-se primeiramente, que a um nível nacional as eleições municipais de 2020 tiveram uma ampla participação da comunidade, muitos candidatando-se a cargos de vereadores em diversas cidades. Em Assú/RN esse cenário não foi diferente. Nesse contexto interiorano tivemos quatro pessoas pertencentes à comunidade pleiteando o cargo de vereadores. Nosso objetivo aqui é identificar quais eram os projetos desses até então candidatos, direcionados para os sujeitos LGBTQI+, e como eles se posicionam em suas falas e discursos com relação à comunidade. Para isso, utilizamos como suporte metodológico, um elemento da cultura midiática, que são as redes sociais, em especial o instagram e o facebook. Fizemos uma busca ativa nas redes sociais desses candidatos, durante o período da campanha eleitoral de 2020, identificando as propostas e projetos voltados para a população LGBTQI+ local. Desse modo, os projetos propostos pelos candidatos, abrangiam diversas pautas que são de suma relevância para a comunidade, tais como a inserção no mercado de trabalho, a visibilidade trans na política e o combate a LGBTFOBIA.

Palavras-chave: Assú/RN; Comunidade LGBTQI+; Eleições 2020; políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Vando Rocha da. **Representações Sociais e Lutas por Direitos: Uma Historicização do Movimento LGBT no Brasil (1978-2019)**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assú, 2019.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n. 1, 2016.

³⁴ Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Assú. Especialista em Culturas Políticas História e Historiografia pela Faculdade do Complexo Educacional Santo André- FACESA.

³⁵ Professor da Especialização em Culturas Políticas História e Historiografia da Faculdade do Complexo Educacional Santo André- FACESA e Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)/UFRN.

FOXY EYES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A DESVALORIZAÇÃO ESTÉTICA DA MULHER ASIÁTICA

Cinthia Sayuri Nakamoto³⁶

Resumo: Mulheres asiáticas com fenótipo leste-asiático aparente - japonesas, coreanas e chinesas em especial para este trabalho - sofrem uma desvalorização estética dentro do contexto ocidental. O fenômeno do foxy eyes provoca uma reflexão a respeito: é o nome dado à técnica de maquiagem para levantar e alongar o olhar; de origem árabe, mas que se popularizou no fim da década de 2010, principalmente depois que influenciadoras de beleza brancas como Kylie Jenner e Bella Hadid passaram a usar para emular traços característicos de certos grupos de ascendência leste-asiática - traços esses taxados popularmente como uma coisa ‘negativa’ em mulheres amarelas de origem que, enquanto meninas, cresceram sendo ridicularizadas pelo formato de seus olhos, sendo submetidas à pressão de um padrão de beleza ocidental - agora considerados atraentes e bonitos em pessoas brancas. O presente trabalho, a partir de uma perspectiva pós-colonial, realiza um levantamento bibliográfico de artigos e relatos divulgados em sites de dicas de beleza, que objetiva discutir a desvalorização estética da mulher asiática frente à mulher branca a partir do estudo de caso do fenômeno do foxy eyes. Em um segundo momento, discute questões como o poder que a supremacia branca tem de ditar os padrões de beleza a todo momento, incluindo a quem se aplica, quando e como; e em relação a aceitação e a ascensão da vontade de alcançar uma estética asiática.

Palavras-chave: foxy eyes; desvalorização estética; mulher asiática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EIRAS, Natália. Foxy eyes é racista? Quando tendência de beleza pode esbarrar em preconceito. **UOL**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/05/foxy-eyes-e-racista-quando-tendencia-de-beleza-pode-esbarar-em-preconceito.htm>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FERRAZ, Manuela. Foxy eyes: make que levanta e alonga o olhar é tendência, mas cria polêmica. **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/revista/2020/08/04/interna_revista_correio,877728/foxy-eyes-make-que-levanta-e-alonga-o-olhar-e-tendencia-mas-cria-pol.shtml. Acesso em: 13 ago. 2021.

TAMAKI, Isabella. Foxy eyes: entenda por que a tendência é tão controversa. **Dicas de Mulher**, 2020. Disponível em: <https://www.dicasdemulher.com.br/foxy-eyes/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

VARELA, Thais. Foxy eyes: 5 garotas asiáticas dão suas opiniões sobre a tendência polêmica. **Capricho**, 2021. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/beleza/foxy-eye-5-garotas-asiaticas-dao-suas-opinioes-sobre-a-tendencia-polemica/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

³⁶ Graduanda de Ciências Sociais FACH/ UFMS. E-mail: cinthia.nakamoto@ufms.br

“DRAG TROUBLE”: UMA POSSÍVEL ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA QUEER NAS OBRAS JOHN WATERS À RUPAUL'S DRAG RACE

Brunna Teodoro Queiroz³⁷

Bruno Gadelha Xavier³⁸

Resumo: O artigo em questão faz estudos sobre a Teoria Queer e as figuras performáticas Drag Queens. Ao mensurar os estudos para o desenvolvimento desse artigo se passam perante a desenvoltura das performances artísticas das Drags e sua origem cinematográfica, desde os filmes de John Waters (Cinematógrafo dos anos 1980), o qual promoveu as telas "Hollywoodianas", a Drag Queen Divine. Nesta dramaturgia de Waters (Pink Flamingos e Female Trouble), pode-se observar bastante similaridade com diversas performances artísticas das figuras “Drags” ao longo da era midiática. Para a promoção de uma analogia crítica, foram dimensionados estudos teórico-indutivos, por arquivos audiovisuais, análise de biografias, estudos aprofundados na Criminologia e nos Direitos Humanos, para explanar sobre o poder de performance das Drag Queens, tanto em seus espaços performáticos, quanto em seu “backstage”, ou na vida em sociedade. De modo que, pretende observar semelhanças entre a “Musa de Waters” à estrela contemporânea interpretada por RuPaul Andre Charles, a protagonista e apresentadora RuPaul, do reality show RuPaul 's Drag Race. Perante a análise crítica das “similitudes performáticas” entre ambas as Queens, pretende-se, perante o artigo, tecer uma linha associativa entre filmes, séries e documentários que envolvem a participação em geral da Comunidade LGBTQIA+, com enfoque nas Drag Queens, e seus envolvimento e problemáticas abordadas pela Teoria Queer, historicamente situada desde Stonewall, até os dias atuais. Este artigo baseia-se na Teoria Queer, criada pela autora pós-estruturalista, Judith Butler, para localizar umnexo causal entre essa vertente teórica e o binômio Gênero-Sexualidade. Por fim, este trabalho detém uma análise da Teoria Crítica do Direito, pautado na obra Criminologia do Preconceito, de Evandro Piza e Salo de Carvalho, objetivando o estudo em seu ponto chave para a análise teórico-prática da Criminologia e seu grande enfoque nos Direitos Humanos, de forma a denotar a importância histórica e atemporal da Performance Drag e seu olhar perante o Ordenamento Jurídico atual.

Palavras-chave: Drag Queen; Criminologia do Preconceito; Direitos Humanos; Performance; Teoria Queer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, Evandro Piza; CARVALHO, Salo de. **Criminologia do Preconceito: racismo e homofobia nas ciências criminais**. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. 260 p..

ABADÍA, Mónica Cano. **Judith Butler: performatividad y vulnerabilidad**. Espanha: Shackleton Books, 2021. 162 p.

³⁷ Brunna Teodoro Queiroz. Graduada em direito pela Universidade Federal de Jataí, Cidade: Jataí-GO, e-mail: brunna_tq@hotmail.com.

³⁸ Bruno Gadelha Xavier. Professor de direito pela Universidade Federal de Jataí. Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV). Cidade: Jataí-GO. E-mail: brunogadelha@ufg.br.

FEMALE Trouble. Direção de John Waters. Produção de John Waters. Realização de Divine (Harris Glenn Milstead). Coordenação de John Waters. Roteiro: John Waters. Música: Female Trouble. Estados Unidos: New Line Cinema, 1974. (97 min.), DVD, color. Legendado.

PINK Flamingos. Direção de John Waters. Produção de John Waters. Realização de Divine (Harris Glenn Milstead). Coordenação de John Waters. Roteiro: John Waters. Música: Female Trouble. Estados Unidos: New Line Cinema, 1972. (93 min.), DVD, color. Legendado.

RUPAUL'S Drag Race. Direção de Nick Murray. Produção de Fenton Bailey (et.al). Roteiro: Nick Murray (et. al). Música: Rupaul 'S Drag Race. Estados Unidos: World Of Wonder, 2009-2021. (60 min.), Streaming (Netflix), color. Legendado. Série RuPaul 's Drag Race. Disponível em: <<https://www.netflix.com/watch/81043230?trackId=13752289&tctx=0%2C0%2Ca3bef47084853b2055a2cc8ce7021b686e811c34%3A4fe3614c9d1e20f0c091454bca235dafb432b454%2Ca3bef47084853b2055a2cc8ce7021b686e811c34%3A4fe3614c9d1e20f0c091454bca235dafb432b454%2C%2C>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

DISCUSSÃO LEVA A PREVENÇÃO: DEBATENDO A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Eduardo Lima³⁹
Ewerton da Silva Ferreira⁴⁰

Resumo: A violência contra crianças e adolescentes está constituída em diversos espaços tanto no contexto intrafamiliar quanto no contexto extrafamiliar, e se manifesta através de diversas expressões: negligência, violência patrimonial, física, psicológica, sexual. Segundo os dados do Disque 100, a negligência e a violência sexual sofrida por crianças e adolescentes são alarmantes, o perfil de de crianças vítimas de violência são entre os 04 e 07 anos de idade, já no caso de adolescentes a média de idade é entre 12 e 14 anos. Nos últimos anos os dados referentes a violência sexual contra este grupo está crescendo, no entanto é preciso pensar que os números sempre foram altos e agora estão sendo notados em virtude do aumento das denúncias. De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) no ano de 2019, foram registrados mais de 159 mil denúncias e registros feitos pelo Disque 100, 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes, um aumento de quase 14% em relação a 2018. Um dos maiores agentes de denúncia é a escola, pois os estudantes passam uma parte significativa do tempo no ambiente escolar. Todavia, vale ressaltar que durante a pandemia os dados de denúncia tendem a decair pois as escolas se encontram em modo remoto dificultando que os docentes e profissionais da educação identifiquem. Além disso, é preciso pensar que muitos não sabem identificar as violências e abusos sexuais e menos ainda procurar um adulto para denunciar o que está ocorrendo, para a realização desse estudo, utilizamos o método bibliográfico com uma abordagem metodológica qualitativa e análise documental para tanto buscou-se as plataformas de dados do governo federal sobre crianças e adolescentes. Sendo assim, trazer o debate sobre as violências como forma de prevenção para o ambiente escolar desde a educação infantil é de extrema importância, pois através dele portas são abertas para o conhecimento de docentes e educandos sobre os aspectos de como identificar o que são as violências e onde denunciar. Cabe ressaltar aqui a importância da implementação da Lei nº 13.935 que prevê a presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas, profissionais que lidam diariamente com as expressões da Questão Social e que poderiam trabalhar a prevenção com os educandos e a formação com professores, além de articular uma rede intersetorial visando a redução de danos.

Palavras-chave: uma; duas; três; quatro; cinco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm>

³⁹ Acadêmico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Bolsista do Programa de Educação Tutorial do Curso de Serviço Social, São José - SC. E-mail: elima2929@gmail.com

⁴⁰ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. Presidente do Centro de Estudos Interdisciplinares. São José - SC. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

BRASIL. **Dados do disque 100**. Balanço das denúncias e violação dos direitos humanos de 2011-2019.

BRASIL. **Campanha de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes**: cartilha educativa. PNVSCA; ABTH.

COMITÊ NACIONAL de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. **Colóquio sobre o sistema de notificação em violência sexual contra criança e adolescente**: relatório final. Brasília : Abaré, 2004

VIEIRA, Monique Soares; COSTA, Renata Gomes da; OLIVEIRA, Simone Barros de Oliveira. Violência estrutural no brasil: um debate necessário. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 3, n. 2, p. 327-340, mar.-abr. 2021

POR UMA GEOGRAFIA FÍLMICA: UMA ANÁLISE ESPACIAL DO FILME “HOJE EU QUERO VOLTAR SOZINHO”

Yuri Gabriel Vieira Além⁴¹

Guilherme Oliveira Silva⁴²

Resumo: Este trabalho tem como foco analisar as espacialidades do filme “Hoje eu Quero Voltar Sozinho”. Lançado em 10 de abril de 2014, dirigido por Daniel Ribeiro, filme em que me encontro com o meu projeto de pesquisa de mestrado pela temática LGBTQIA+, em que busca analisar a espacialidade a partir de subjetividades produzidas por corpos e sujeitos LGBTQIA+. A minha condição de sujeito LGBTQIA+ me levou a muitas obras que dialogam com essa temática, em que foi se configurando e se afluando a partir de discussões dos textos na academia e nas relações que tracei em diversas outras trajetórias, visto que a sexualidade, a escola, a educação e a Geografia são inquietudes em meu cotidiano. Como procedimento metodológico, foram realizadas discussões de textos no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, análises filmicas sempre atrelando a arte com a produção científica. No referencial teórico utilizo Hasbaert(2014), Deleuze e Guatarri(1997), e Massey(2013) (2014) (2017) autores e autoras que promovem desobediências epistemológicas contrariando a lógica acadêmica na perspectiva espacial, que muitas vezes apagam e ignoram as questões de gênero e sexualidade na Geografia. No tocante da análise filmica recorro a Oliveira Jr (2020), que reconhece as linguagens enquanto tropas territoriais, pois quando o sujeito analisa uma fotografia, uma imagem ou obras cinematográficas, ao mesmo tempo aciona imaginações e recordações anteriores, assim, dando ou não sentido em sua análise, pois uma imagem nunca “anda” sozinha, sempre em tropas. Há de se considerar que, a leitura de um filme umbilicalmente à espacialidade é um dos maiores desafios na elaboração deste texto. Contudo, reafirmo que há possibilidade de interagir com a ampla dinâmica espacial, no filme me encontro com a multiplicidade de corpos, afetos, desejos, falas, sensações e tantas outras coisas que são incontáveis. Se parar para refletir e compreender a história percorrida por essa análise, há possibilidade de desobedecer a episteme e promover relações com diversas imaginações e lugares. A exemplo disso, evoco o corpo enquanto espacialidade, é ele que limita a interação dos personagens ao se relacionarem em lugares não públicos, ou seja, as sensações promovem localidades, onde há ausência ou presença de corpos LGBTQIA+.

Palavras-chave: Desobediência Epistemológica; Gênero e Sexualidade; Espacialidade Fílmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo; Ed.34, 1997, p. 17-51.

HAESBAERT, R. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil [capítulo 1, Por uma constelação

⁴¹ Graduado em Geografia licenciatura pela Universidade Federal da Grande Dourados e Acadêmico do Programa de pós Graduação em Geografia da UFGD, em nível de mestrado. Dourados, Mato Grosso do Sul. alemyuri@gmail.com

⁴² Mestre em Fronteiras e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, Mato Grosso do Sul. guigoliveiras@gmail.com

geográfica de conceitos, p. 19-51], 2014

MASSEY, Doreen. **A mente geográfica**. GEOgraphia. Niterói, Vol. 19, No 40, 2017, p. 36-40

MASSEY, Doreen. **Filosofia e Política da Espacialidade: algumas considerações**. **GEOgraphia** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, ano 6, n. 12, p. 07-23, 2014.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: Uma Nova Política Espacial. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 312 p. ISBN 978-85-289-1307-0.

OLIVEIRA JR, Wenceslao Machado de. **Tropas de imagens partilham o (não) saber geográfico: territórios contestados de poder**. Punto Sur, v. 2, p. 5-19, en./jun, 2020

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA: REVISÃO LITERÁRIA

Natália Queiroz Souza dos Santos⁴³

Ana Luisa Silva Araujo⁴⁴

Caroline Silva de Araujo Lima⁴⁵

Resumo: As iniquidades sociais são vertentes que inviabilizam a garantia e acesso integral à saúde. Dentro desta holística, existe uma população que é bastante segregada, e a desigualdade de gênero que assola o acesso à saúde da população LGBTQIA+. O acesso à saúde a essa comunidade, é sempre cheia de barreiras, discriminação, embora seja assegurada por políticas públicas que consolide esse acesso, mas é um serviço que ainda deixa eminente o olhar sobre as atitudes de quem fomenta esse sistema. Com isso, o objetivo desta pesquisa visa analisar como a população LGBTQIA+ é recebida e atendida na atenção primária à saúde. Para isso, foi feita uma busca bibliográfica narrativa que houvesse sido publicada nos últimos cinco anos, e que trouxessem a temática acerca do atendimento à saúde da população LGBTQIA+ e o auxílio prestado pelo SUS. As bases de dados utilizadas nesta pesquisa foram BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), ScienceDirect e Pubmed (U. S. National Library of Medicine). Com o uso de descritores: “Minorias Sexuais e de Gênero”, “Atenção Primária à Saúde”, e seus correspondentes no idioma inglês. Um par de revisores selecionaram as pesquisas, extraíram os dados e avaliaram a qualidade metodológica daquelas incluídas. Artigos que não atendiam a temática e o objetivo da pesquisa foram excluídos, sendo apenas artigos originais incluídos. Foram encontrados 3779 artigos, sendo 11 selecionados para essa revisão. Os estudos demonstraram que o acesso desta população à saúde é caracterizado por obstáculos, dificuldades, que vão desde posturas e condutas profissionais inadequadas, bem como a espécie de atendimento discriminatório, sem empatia, respeito e humanidade por parte dos profissionais de saúde, o que como consequência deste processo, acaba por afastá-los de procurar um atendimento à saúde. Essa realidade arraigada nos serviços, faz com que os indivíduos não enxerguem dentro do setor da saúde uma oportunidade para tratamento e atendimentos de rotina, se sentindo excluídos e obrigados a continuar na invisibilidade social e sem cuidado. É necessário avançar no cuidado e atendimento à saúde da população LGBTQIA+, superando as barreiras existentes no sistema de saúde. A relação equivocada que existe dos profissionais de saúde com relação homoafetiva, é presente nas pesquisas realizadas a partir de escutas, tanto daqueles que se inclui na população LGBTQIA+ , que assume que o tratamento e acolhimento de parte dos profissionais de saúde é com discriminação. Portanto, faz-se necessárias a construção de ações que promovam a mitigação do não acesso e da discriminação. Por fim, a temática carece de mais estudos que possam explicitar questões ainda não elucidadas completamente na prestação de cuidados à população LGBTQIA+.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero; Atenção Primária à Saúde.

⁴³ Natália Queiroz Souza dos Santos, acadêmica de Medicina do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos- IMEPAC, Araguari-MG, nataliagssantos@gmail.com

⁴⁴ Ana Luisa Silva Araujo, acadêmica de Medicina do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos- IMEPAC, Araguari-MG, analu5320@hotmail.com

⁴⁵ Caroline Silva de Araujo Lima, acadêmica de Medicina da Faculdade Dinâmica Vale do Piranga- FADIP, Ponte Nova-MG, carolinearaujo689@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, L.M.; PENNA, L.H.G.; CARINHANHA, J.I.; COSTA, C.M.A. O cuidado às mulheres lésbicas no campo da saúde sexual e reprodutiva. **Revista de Enfermagem Uerj**. v. 7. 2019. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/34262/29740> Acesso em: 22 Mai. 2021.

GUIMARÃES, N.P.; SOTERO, R.L.; COLA, J.P.; ANTONIO, S; GALAVOTE, H.S. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. 14:2. pp. 372-85. 2020. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1712/2358> Acesso em: 22 Mai. 2021.

SHIHADDEH, N.A.; PESSOA, E.M.; SILVA, F.F. A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. **Barbarói – Revista do Departamento de Ciências Humanas**. n. 58, pp.172-194. UNISC: Santa Cruz do Sul, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/14765/9584> Acesso em: 22 Mai. 2021.

SILVA, P.A.B.; SANTOS, F.C.; SOARES, S.M.; SILVA, L.B. Perfil sociodemográfico e clínico de idosos acompanhados por equipes de Saúde da Família sob a perspectiva do gênero. **J. res.: fundam. care. Online**. 10:1. pp. 97-105. UFRJ: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/193620011.pdf> Acesso em: 22 Mai. 2021.

SAÚDE MENTAL, PRECONCEITO, PANDEMIA E POPULAÇÃO LGBTQIA+: REVISÃO SISTEMÁTICA

Caroline Silva de Araujo Lima⁴⁶

Ana Luisa Silva Araujo⁴⁷

Márcia Farsura de Oliveira⁴⁸

Resumo: Desde o início da pandemia da doença ocasionada por Sars-CoV-2 (COVID-19), em março de 2020, a vida de milhares de pessoas passou a ser impactada diretamente por um vírus que age, sem fazer distinção entre gênero, cor da pele ou condição social, atingindo os seres humanos de maneiras diferentes (SALERNO; WILLIAMS; GATTAMORTA, 2020). Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil apresentou, no ano de 2020, um aumento consecutivo nos casos de assassinato de pessoas LGBTQIA+, em relação ao ano de 2019, mesmo no período de pandemia pelo coronavírus, o que gera pessimismo e distintas subjetividades no grupo afetado. Assim, objetivou-se pesquisar, na literatura científica, como os determinantes sociais têm favorecido a ocorrência de doença mental na população LGBTQIA+, durante a pandemia de COVID-19. Usando as diretrizes PRISMA, foi feita uma pesquisa bibliográfica sistemática no SciELO e Nescon, para artigos originais publicados no período de janeiro de 2015 a julho de 2021, sem restrição de idioma. Organizaram-se, então, duas estratégias de busca (com os três descritores escolhidos): (1) “COVID-19” AND “Homossexualidade”; (2) “Saúde Mental” AND “Homossexualidade”; e (3) “Preconceito” AND “Homossexualidade”. Um par de revisores selecionaram as pesquisas, extraíram os dados e avaliaram a qualidade metodológica daquelas incluídas. Artigos que não atendiam a temática e o objetivo da pesquisa foram excluídos, sendo apenas artigos originais incluídos. A análise de 11 trabalhos identificou que a vulnerabilidade da população LGBTQIA+ do Brasil aumentou 16% no ano passado, em consequência da ocorrência de mais eventos violentos e preconceituosos contra tal grupo, o que está contribuindo para a deterioração das condições psicológicas e financeiras dessas pessoas (devido ao absentismo aos locais de trabalho) (MENDES; SILVA, 2020). Além disso, o distanciamento da rede de apoio, principalmente devido às medidas de isolamento físico, se reflete no comprometimento da saúde mental e no aumento das queixas deste grupo, a respeito da falta de políticas públicas de apoio à comunidade (SHARMA, 2020). Entretanto, há uma grande demanda militante e ação contínua no campo de atuação, para melhorar a qualidade de vida das pessoas LGBTQIA+ e construir uma sociedade mais respeitada e solidária. Conclui-se que, os homicídios e as ações preconceituosas contra pessoas LGBTQI+ somados ao distanciamento social, durante a pandemia, têm piorado as subjetividades e o pessimismo do grupo, funcionando como determinantes sociais de transtornos mentais desencadeados nos referidos atores sociais, que se afastam dos ambientes sociais, incluindo o trabalho, aumentando a vulnerabilidade, em um ciclo danoso. Esse último pode ser alterado, a partir de medidas educativas e de maior controle social sobre as políticas públicas voltadas às minorias.

⁴⁶ Caroline Silva de Araujo Lima, acadêmica de Medicina da Faculdade Dinâmica Vale do Piranga- FADIP, Ponte Nova-MG, carolinearaujo689@gmail.com

⁴⁷ Ana Luisa Silva Araujo, acadêmica de Medicina do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos-IMEPAC, Araguari-MG, analu5320@hotmail.com.

⁴⁸ Márcia Farsura de Oliveira, doutoranda em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), Ponte Nova, Minas Gerais, mmfarsura@yahoo.com.br

Palavras-chave: Saúde Mental; Homossexualidade; COVID-19; Preconceito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MENDES, W.G, SILVA, C.M.F.P. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: Uma Análise Espacial. **Cien Saude Coletiva**. 2020. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/homicidios-da-populacao-de-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-transexuais-ou-transgeneros-lgbt-no-brasil-uma-analise-espacial/17498?id=17498> Acesso em: 10 Ago. 2021.

SALERNO, J.P.; WILLIAMS, N.D.; GATTAMORTA, K.A. LGBTQ populations: psychologically vulnerable communities in the Covid-19 pandemic. **Psychol Trauma**. 1:239-42. 2020; Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32551761/> Acesso em: 10 Ago. 2021.

SHARMA, N. A Pandemia Global COVID-19 e a necessidade de mudar quem pensamos que “nós” somos. **Teoria e Evento**. 23 (5), p. 19-29. 2020. Disponível em: <https://www.muse.jhu.edu/article/775399> Acesso: 10 Ago. 2021.

A RESOLUÇÃO 1664/2003 REVISITADA: APONTAMENTOS PARA UMA HOSPITALIDADE MÉDICA INCONDICIONAL

Patrick de Almeida Trindade Braga⁴⁹
Matheus William Arakaki⁵⁰

Resumo: em 13 de maio de 2003 o Conselho Federal de Medicina publicou, pela última vez, uma normativa técnica sobre o gerenciamento de pacientes “portadores de anomalias de diferenciação sexual”, comumente conhecidos como intersexuais. Nela, o CFM expõe a intersexualidade como uma problemática não somente de ordem médica como também social, e aponta que a pronta intervenção no corpo ambíguo, readequando-o através de técnicas prostéticas em um binarismo de sexo-gênero que o permita ser lido univocamente como masculino ou feminino, é necessária para evitar desenrolares nocivos no desenvolvimento individual, social, legal, afetivo e até mesmo sexual do sujeito paciente. Trabalhos na área da biomedicina feitos anterior e posteriormente à resolução, entretanto, apontam a possibilidade de uma abordagem plurissexual do corpo humano, não se limitando a um binarismo de sexo-gênero, e têm sido ignorados pelo saber-poder médico hegemônico. Baseado nisso, sob uma perspectiva pós-estruturalista, em diálogo com a teoria queer, o presente trabalho articula uma discussão teórico-prática entre o conceito derridiano de hospitalidade incondicional e o gerenciamento atualmente feito de corpos intersexuais no Brasil, de modo a propor uma hospitalidade médica que deixe de condicionar as possibilidades de vida de pacientes intersexuais recém-nascidos/as ao pronto enquadramento binário em um modelo de sexo-gênero obsoleto.

Palavras-chave: teoria queer; despatologização; intersexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 1664/2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 mai. 2003, pp. 101-102. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/539219/pg-101-secao1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-13-05-2003>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CORTEZ, Marina. **Dualidade ou constelação?** Intersexualidade, feminismo e biomedicina, uma análise bioética. 2015. Dissertação de Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

DERRIDA, Jacques. **Da hospitalidade**. Coimbra: Palimage, 2008.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality**. Nova Iorque: Basic Books, 2000.

⁴⁹ Mestrando em Sociologia PPGS/UFGD. Dourados/MS. Email: patrick.braga006@academico.ufgd.edu.br.

⁵⁰ Graduando em Medicina na Faculdade de Medicina da UEMS. Campo Grande/MS. Email: matheuswarakaki@gmail.com.

MACHADO, Paula Sandrine. **O sexo dos anjos:** representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade. Tese de doutorado em Antropologia Social - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VIOLÊNCIA DE ESTADO E LESBO-ÓDIO

Kleire Anny Pires de Souza⁵¹

Isabel Ceccon Iantas⁵²

Resumo: o artigo busca analisar a violência estatal como reprodução do lesbo-ódio às mulheres lésbicas que buscam tutela policial ou jurisdicional e são revitimizadas. A construção do Estado moderno deriva de um contrato social estabelecido entre os indivíduos e a entidade. Materializado através do pátrio-poder, o Estado é um agente dominado por homens e construído ao modelo que os favorece e os privilegia, como pontuou a historiadora Gerda Lerner (2019). O Estado em seu exercício de manutenção de poder, usa da violência para buscar uma ordem e uma moral estabelecidas pelo mesmo. Todos os indivíduos que contrapõem a ordem são aniquilados pelos agentes do Estado e suas máquinas de coerção, num exercício como pontua Foucault (2012) de Biopoder. As manifestações sexuais dissidentes, fora da norma heterossexual, dessa forma passam a ser alvo do Estado, uma vez que essas sexualidades sejam perturbadoras de uma suposta moral pré-estabelecida. No Brasil, o período de maior perseguição aos homossexuais, foi no período da Ditadura Militar instaurada através de um golpe, aparelhando o Estado. A lesbianidade, nesse contexto é uma sexualidade de negação ao pátrio-poder, ao falo, é a rejeição da norma Heterossexual, é a negação da ordem patriarcal. O seu exercício dessa forma, é um desafio às regras sociais e morais, um agente tumultuador, um ser que no seu exercício público se torna um alvo da violência do Estado. As instituições públicas reproduzem, ratificam e reforçam as regras patriarcais, para manter a domesticação feminina, conforme Bourdieu (2005) descreve como violências simbólicas. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfico-documental, bem como analítica e argumentativa, utilizando-se das ocorrências da violência do Estado contra mulheres lésbicas. Dessa forma, demonstra-se a dupla violência sofrida por essas mulheres quando buscam a tutela do Estado, por meio das polícias e do Poder Judiciário. A revitimização e a violência estatal corroboram para a exclusão e perpetuação do lesbo-ódio por aqueles que têm a função de garantir a segurança e a vida de toda a população.

Palavra-chave: Lesbo-ódio; violência; Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina** (1998). 4a edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**; tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

⁵¹ Mestranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), kleire@gmail.com.

⁵² Graduanda de Direito na Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba - PR, isabel.iantas9@gmail.com.